LUPATECH

LUPATECH S.A.

CNPJ/MF nº 89.463.822/0001-12

www.lupatech.com.br

Relatório da Administração

SENHORES (AS) ACIONISTAS:

A Administração da Lupatech S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Informações Consolidadas da Companhia referentes ao trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2021 (4T21) e ao ano de 2021, preparadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS - *International Financial Reporting Standards*, estabelecido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*. Recomenda-se a leitura deste material em conjunto com as Notas Explicativas às Informações Anuais Consolidadas.

PERFIL DA COMPANHIA E DESCRIÇÃO DOS NEGÓCIOS

A Lupatech S.A. - Em Recuperação Judicial é uma Companhia brasileira de produtos de alto valor agregado com foco no setor de petróleo e gás atua na manufatura (segmento de Produtos) produzindo principalmente válvulas industriais; válvulas para óleo e gás; cabos para ancoragem de plataformas de petróleo; equipamentos para completação de poços; artefatos de materiais compósitos, incluindo, entre outros, tubos para revestimento de tubulações petroleiras, geralmente comercializados juntamente com serviços associados de inspeção e reparo.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO AOS ACIONISTAS E AGENTES DO MERCADO DE CAPITAIS

Em 2021 obtivemos uma significativa aceleração dos negócios, que se refletiu em ambos receitas e melhora de resultados.

• A Receita Líquida da companhia cresceu 71% frente ao ano anterior, atingindo a marca de R$ 94 milhões.

• O Lucro Bruto expandiu 103%, acompanhado de uma expansão de 4,2 pontos porcentuais na Margem Bruta.

• O EBITDA Ajustado, tracionado pela expansão da Receita, trafegou em território positivo na segunda metade do ano.

Os resultados do 4T21 vieram para compor essa aceleração:

• Receita Líquida 29% maior que a do 3T21, e 61% maior que a do 4T20.

• Lucro Bruto 7% maior que o do 3T21 e 63% maior que o do 4T20.

• EBITDA Ajustado positivo em R$ 0,8 milhões, também com aumento sobre 4T20, quando o resultado foi também positivo de R$ 0,1 milhões.

Igualmente importante aos bons resultados é a base sobre a qual eles são construídos.

Em 2021, a Lupatech retomou o fornecimento de válvulas para FPSOs em construção. Dentre o universo de projetos de Oil&Gas, esse tipo de equipamento é o que oferece as melhores perspectivas de fornecimento. Veja-se:

• Cada FPSO demanda na casa de US$ 70 milhões em válvulas, de sorte que considerando uma demanda da ordem de 50 equipamentos em 10 anos para o Brasil, temos um mercado endereçável de US$ 3,5 bilhões no período.

• No caso de cabos de ancoragem, considerados US$ 10 milhões em cabos por FPSO, o mesmo prognóstico para Brasil se traduziria em um mercado endereçável de US$ 500 milhões.

No passado a Lupatech foi um importante fornecedor para esse segmento do mercado de Oil&Gas. Os negócios conquistados em 2021 foram ainda modestos em termos de valores, mas nos qualificam para uma participação crescente no segmento.

O faturamento de 2021 consistiu substancialmente de fornecimentos para o mercado de válvulas. Houve uma relevante expansão do fornecimento tanto para os negócios de válvulas industriais como para os de Oil&Gas (que ainda não refletiram substancialmente os negócios conquistados no 3T21, que estão em fabricação).

No negócio de Cabos e Compósitos obtivemos faturamento de R$ 2,8 milhões em 2021, frente a praticamente zero no anto anterior. No curso de 2021, retomamos a fabricação de tubos de revestimento ("liners") e viabilizamos alguns serviços de assistência técnica a clientes de cabos. Homologamos nosso novo produto - postes de fibra de vidro - junto a diversas concessionárias de energia, e fomos convidados a participar das primeiras licitações. Com relação a cabos, a companhia segue licitando novas oportunidades de fornecimento para ancoragem offshore e vem desenvolvendo novos produtos para outras aplicações, que já começaram a ser oferecidos ao mercado no início de 2022.

A posição de liquidez da Empresa encerrou o período no nível de R$ 19 milhões, similar aos R$ 21 milhões do ano anterior. A companhia vem tendo sucesso em reestabelecer linhas de crédito de curto prazo, de forma que as necessidades imediatas de capital têm sido supridas.

No que tange à Recuperação Judicial, a companhia segue assistindo o Administrador Judicial na prestação de informações requeridas para o encerramento do processo. Novas diligências foram requeridas para a verificação e tratamento dos passivos contingentes sujeitos aos termos do Plano de Recuperação Judicial.

Rafael Gorenstein
Diretor Presidente

DESEMPENHO OPERACIONAL

O Grupo Lupatech, atua na manufatura (segmento de Produtos) produzindo principalmente válvulas industriais; válvulas para óleo e gás; cabos para ancoragem de plataformas de petróleo; equipamentos para completação de poços; artefatos de materiais compósitos, incluindo, entre outros, tubos para revestimento de tubulações petroleiras, geralmente comercializados juntamente com serviços associados de inspeção e reparo.

A Companhia operava no negócio de serviços petroleiros (segmento de Serviços), do qual remanescem ativos diversos em processo de desmobilização, bem como legado a ele associado.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida consolidada alcançou R$ 93,6 milhões no exercício de 2021, sendo R$ 39 milhões, ou 71% maior que a receita líquida consolidada de 2020.

Válvulas: o aumento de 28% da receita liquida no 4T21 em comparação ao 3T21 e aumento de 67% no comparativo interanual, foi impulsionado principalmente pela retomada da demanda nos segmentos de Oil&Gas e Válvulas Industriais, e pelo êxito nos esforços comerciais empreendidos no período.

Cabos e Compósitos: a receita reportada em 2021 espelha a retomada da unidade de compósitos, com o fornecimento de camisas de revestimento tubos de produção de petróleo.

Serviços: as transações efetuadas neste segmento são decorrentes da liquidação de saldos de estoques e outras atividades relacionadas a plantas que foram desmobilizadas, não referindo-se as operações ordinárias.

CARTEIRA DE PEDIDOS

Em 31 de dezembro de 2021, a carteira de pedidos e contratos com obrigação de compra ("*Order Backlog*") da Companhia no Brasil somou R$ 54,7 milhões. Na mesma data a Companhia possuía um saldo em contratos de fornecimento de Válvulas e Cabos de Ancoragem, sem obrigação de compra de R$ 168 milhões (valor atualizado com os respectivos reajustes contratuais). (obs: as cifras não incluem licitações vencidas para as quais ainda não tenham sido emitidos os respectivos pedidos ou contratos).

LUCRO BRUTO E MARGEM BRUTA

Produtos: o lucro bruto do 4T21 atingiu R$ 7,9 milhões, com margem de 25,6% contra R$ 7,2 milhões com margem de 30,4% no 3T21. A redução na margem bruta trimestral se deve ao mix de produtos ligados às atividades de Válvulas Oil&Gas. O aumento de 4% da margem bruta interanual, é resultado dos esforços da Companhia para melhorar a rentabilidade nas vendas.

Serviços: os resultados do segmento de serviços não são oriundos de atividades produtivas, apenas da venda de estoques remanescentes.

DESPESAS

Despesas com Vendas: as despesas com vendas totalizaram R$ 2,9 milhões no 4T21 contra R$ 2,3 milhões no 3T21, e R$ 9,2 milhões em 2021 versus R$ 6,8 milhões em 2020. O aumento justifica-se principalmente por maiores gastos variáveis com fretes e comissões, que cresceram a reboque das vendas.

Despesas Administrativas : as despesas administrativas totalizaram R$ 6,1 milhões no 4T21, enquanto no 3T21 essas despesas somaram R$ 5,1 milhões. O crescimento das despesas é explicado, principalmente pelo reconhecimento de depreciação de equipamentos de ativo imobilizado anteriormente desativados. E substancialmente por gastos com assessores jurídicos e gastos legais referente ao processo de recuperação judicial. Comparando 2021 com 2020, a redução é decorrente principalmente da despesa excepcional de honorários advocatícios com êxito ocorrida no 4T20.

Honorários dos Administradores: a redução verificada em 2021 é devida a contabilização de estimativa de honorários dos administradores realizada no exercício anterior, e ainda não definido pelo Conselho de Administração para o exercício de 2021.

OUTRAS RECEITAS E (DESPESAS) OPERACIONAIS

No 4T21, foram contabilizados R$ 31,4 milhões de "Outras Receitas Operacionais" contra R$ 39,8 milhões de "Outras Despesas Operacionais", totalizando um efeito líquido de R$ 8,4 milhões. Destacando-se os seguintes fatores:

I. R$ 2,1 milhões de efeito positivo por atualização referente reconhecimento de êxito no processo arbitral contra Cordoaria São Leopoldo Ltda.;

II. R$ 2,1 milhões de efeito positivo correspondente ao direito de compensar ou ressarcir créditos tributários obtido em mandado de segurança, que discute à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS;

III. R$ 2,8 milhões por atualizações de processos contingentes de acordo com a análise dos assessores jurídicos;

IV. R$ 3 milhões de despesas com ociosidade de produção;

V. R$ 6 milhões correspondente ao efeito líquido negativo, relacionado aos ajustes de *impairment* e do resultado da movimentação de ativos entre empresas do grupo.

VI. R$ 0,8 milhões de reconhecimento de *impairment* sobre depósitos judiciais.

RESULTADO FINANCEIRO

Receita Financeira: a variação da Receita Financeira no comparativo do 4T21 e 3T21 tem como principal impacto, a atualização monetária incidente sobre: (i) crédito de Pis e Cofins sobre ICMS, e (ii) reconhecimento de êxito no processo arbitral contra Cordoaria São Leopoldo Ltda. Ao comparar 2021 com 2020, a redução se explica principalmente pela contabilização de Ajuste a Valor Justo e Ajuste a Valor Presente devido ao Aditivo do Plano de Recuperação Judicial homologado no exercício de 2020.

Despesas Financeiras : na comparação do 4T21 versus 3T21, o aumento é justificado pelo reconhecimento de: (i) Ajuste a Valor Presente no trimestre atual; (ii) juros sobre fornecedores e empréstimos da Recuperação Judicial, e (iii) multas e juros de mora sobre débitos tributários parcelados. Ao comparar 2021 com 2020, o aumento se explica substancialmente pela mesma razão.

Variação Cambial Líquida: a valorização da moeda estrangeira frente ao real no comparativo trimestral e interanual, redundaram em variações cambiais líquidas negativas. Relevante lembrar que as variações cambiais são predominantemente resultantes da sua incidência sobre saldos entre companhias do grupo no exterior. A oscilação do câmbio afeta em direção contrária a tradução em Reais do patrimônio dessas entidades, pelo que há contrapartidas das variações cambiais contabilizadas diretamente no patrimônio líquido da empresa, sem transitar por contas de resultado.

O resultado financeiro é apresentado detalhadamente na Nota Explicativa nº 28.

EBITDA Ajustado das Atividades: o EBITDA Ajustado de Produtos no 4T21 não apresentou variação significativa ante 3T21. Já, o crescimento do EBITDA Ajustado de Produtos em 2021 foi de R$ 8,8 milhões comparado ao ano anterior, resultado da melhora da performance nas vendas e com expansão também relevante de 9,3 pontos porcentuais das margens auferidas.

O EBITDA Ajustado de Serviços no 4T21 manteve-se similar ao 3T21. A variação interanual é decorrente de custos a maior incorrido com gestão do legado e com o passivo contingente. As Despesas não recorrentes do 4T21 referem-se, principalmente a provisões de perdas pela não recuperabilidade de ativos (*impairment*), atualização de processos contingentes, ociosidade de produção e despesas extraordinárias ligadas a recuperação judicial.

RESULTADO LÍQUIDO

O resultado negativo do exercício de 2021 foi influenciado pelo efeito líquido dos ajustes por *impairment* e do resultado da movimentação de ativos entre empresas do grupo, principalmente, relativos à ativos detidos por subsidiária estrangeira, o qual é influenciado diretamente pela variação do dólar.

Também influenciaram o resultado a variação cambial negativa de R$ 14 milhões, decorrente principalmente de transações com controladas no exterior. Relevante recordar que tais efeitos encontram reflexo em sentido contrário no Patrimônio Líquido da empresa, oportunizado pela conversão de balanço em moeda estrangeira das respectivas controladas (efeito de R$ 12 milhões).

CAPITAL DE GIRO OPERACIONAL

No comparativo de 2021 com 2020, há aumento no capital de giro empregado. Tal acréscimo se deve principalmente pela variação do contas a receber e dos estoques em virtude do maior nível de atividade, pelo aumento de Impostos a Recuperar devido ao deferimento do processo de Habilitação à compensação ou ressarcimento dos créditos de Pis e Cofins incidentes sobre o ICMS e ao reconhecimento de êxito no processo arbitral contra a Cordoaria São Leopoldo Ltda (Outras Contas a Receber).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agradecemos a todos os nossos acionistas, fornecedores, credores, clientes e colaboradores pela parceria e apoio dado à Companhia durante esses tempos desafiadores. Os Auditores Independentes, Crowe Macro Auditoria e Consultoria, que examinam as demonstrações financeiras desde 2017, prestaram serviços à Lupatech S.A. - Em Recuperação Judicial relacionados à auditoria das demonstrações financeiras. Estão disponíveis no site www.lupatech.com.br/ri os comentários sobre o desempenho dos negócios da Companhia. Nossa Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante de nosso Estatuto Social.

Balanços Patrimoniais (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.098	161	19.176	21.015
Contas a receber de clientes	6	15.301	13.258	20.943	19.222
Estoques	7	30.745	26.980	41.127	31.932
Impostos a recuperar	8	37.564	7.343	64.608	29.884
Adiantamento a fornecedores		1.763	1.261	5.669	5.813
Outras contas a receber	9	30.562	5.011	33.377	14.947
Despesas antecipadas		242	96	278	127
Empresas ligadas	16.1	19.613	21.348	–	–
Ativos classificados como mantidos para venda	32	3.236	3.236	45.962	73.887
Total do ativo circulante		140.124	78.694	231.140	196.827
Não circulante					
Outros créditos		1	1	1	1
Depósitos judiciais	19.3	1.915	1.654	10.456	12.175
Títulos e valores mobiliários	5.2	44	44	44	44
Impostos a recuperar	8	1.124	33.157	1.133	34.494
Empresas ligadas	16.1	15.983	28.310	–	–
Outras contas a receber	9	163	163	6.091	6.091
Ativos classificados como mantidos para venda	32	–	2.022	–	2.022
Investimentos					
Investimentos em controladas e coligadas	10.1	341.227	331.920	–	–
Outros investimentos		–	1	–	1
Propriedade para investimento	10.3	–	6.428	21.942	28.370
Imobilizado	11	24.471	26.314	147.474	126.799
Intangível					
Ágio na aquisição de investimentos	12	61.479	61.479	82.166	82.166
Outros intangíveis	12	2.274	3.352	2.579	3.619
Total do ativo não circulante		448.681	494.845	271.886	295.782
Total do ativo		588.805	573.539	503.026	492.609

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Circulante					
Fornecedores - não sujeitos à recuperação judicial	13	3.671	3.445	6.047	7.085
Fornecedores - sujeitos à recuperação judicial - classe I	13	365	366	365	366
Fornecedores - sujeitos à recuperação judicial	13	4.759	3.853	4.759	3.853
Empréstimos e financiamentos - não sujeitos à recuperação judicial	14	14.762	21.190	34.870	26.247
Empréstimos e financiamentos - sujeitos à recuperação judicial	14	2.613	1.956	3.361	2.710
Debêntures	15	–	1.037	–	1.037
Salários, provisões e contribuições sociais		3.731	8.780	4.519	9.183
Comissões a pagar		321	282	364	292
Impostos a recolher	20	11.032	7.577	17.793	12.888
Obrigações e provisões trabalhistas - sujeitos à recuperação judicial		395	2.239	395	2.239
Adiantamento de clientes		1.630	1.003	9.237	6.623
Provisão multas contratuais		801	847	801	1.006
Outras contas a pagar	18	2.001	2.500	2.792	3.552
Empresas ligadas	16.1	31.857	7.647	–	–
Total do passivo circulante		77.938	62.722	85.303	77.081
Não circulante					
Fornecedores - sujeitos à recuperação judicial	13	55.524	50.358	55.524	50.358
Empréstimos e financiamentos - sujeitos à recuperação judicial	14	57.813	53.052	90.587	96.377
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	31.945	34.872	46.984	45.882
Impostos a recolher	20	23.148	19.724	36.067	25.405
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	19.1	4.140	4.166	33.786	34.900
Obrigações e provisões trabalhistas - sujeitos à recuperação judicial		4.510	2.345	4.510	2.345
Outras contas a pagar	18	2.176	2.026	5.194	4.471
Empresas ligadas	16.1	186.540	188.484	–	–
Provisão para passivo a descoberto em controladas em conjunto	10.2	–	4.280	–	4.280
Total do passivo não circulante		365.796	359.307	272.652	264.018
Patrimônio líquido	22				
Capital social		1.897.348	1.893.163	1.897.348	1.893.163
Reserva de capital		3.612	3.606	3.612	3.606
Reservas e transações de capital		136.183	136.183	136.183	136.183
Ajustes de avaliação patrimonial		204.671	173.961	204.671	173.961
Prejuízos acumulados		(2.096.743)	(2.055.403)	(2.096.743)	(2.055.403)
Atribuído a participação dos acionistas controladores		145.071	151.510	145.071	151.510
Total do patrimônio líquido		145.071	151.510	145.071	151.510
Total do passivo e patrimônio líquido		588.805	573.539	503.026	492.609

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os Períodos Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro (prejuízo) do exercício	(41.340)	20.578	(41.340)	20.578
Outros resultados abrangentes do exercício				
Variação cambial sobre investimentos no exterior	–	37.168	–	37.168
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	–	(25.778)	–	(25.778)
Resultado abrangente total do exercício	(41.340)	31.968	(41.340)	31.968
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	(41.340)	31.968	(41.340)	31.968
Participação dos acionistas não controladores	–	–	–	–

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Períodos Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de capital, opções outorgadas	Prejuízos acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total da participação dos controladores	Participação das acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	**1.885.266**	**152.658**	**(2.089.620)**	**162.571**	**110.875**	**–**	**110.875**
Aumento de capital	7.897	–	–	–	7.897	–	7.897
Lucro do exercício	–	–	20.578	–	20.578	–	20.578
Ajustes de Exercícios Anteriores	–	–	90	–	90	–	90
Variação cambial sobre investimentos no exterior	–	–	–	37.168	37.168	–	37.168
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	(25.778)	(25.778)	–	(25.778)
Reserva de capital	–	731	–	–	731	–	731
Opções outorgadas	–	(13.600)	13.549	–	(51)	–	(51)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**1.893.163**	**139.789**	**(2.055.403)**	**173.961**	**151.510**	**–**	**151.510**
Aumento de capital	4.185	–	–	–	4.185	–	4.185
Prejuízo do exercício	–	–	(41.340)	–	(41.340)	–	(41.340)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	–	–	–	34.088	34.088	–	34.088
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	(3.378)	(3.378)	–	(3.378)
Reserva de capital	–	6	–	–	6	–	6
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**1.897.348**	**139.795**	**(2.096.743)**	**204.671**	**145.071**	**–**	**145.071**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto para os Períodos Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízos) dos períodos		(41.340)	20.578	(41.340)	20.578
Depreciação e amortização	11 e 12	4.420	5.731	5.432	6.403
Reversão (Estimativa) para perda pela não recuperabilidade de ativos	11 e 12	–	–	16.222	(7.711)
Equivalência patrimonial	10.1	33.648	10.350	–	1.855
Resultado na baixa de ativo imobilizado		(19.868)	(42.198)	(10.524)	15.307
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos		8.704	38.403	28.272	33.624
Imposto de renda e contribuição social diferido		(3.747)	4.463	(10.208)	(9.864)
Obsolescência de estoques		72	(789)	17	432
(Reversão) Perdas estimadas para devedores duvidosos	6	(107)	(617)	(156)	(636)
Perdas efetivas com devedores duvidosos	6	–	386	9	386
Ajuste a valor presente	28	6.173	(6.696)	(10.755)	(14.349)
Opções outorgadas e ajuste a valor justo		12.439	(9.123)	43.605	(40.214)
(Aumento) redução nos ativos operacionais					
Contas a receber de clientes		(1.936)	(7.600)	(1.574)	(8.177)
Estoques		(3.837)	(806)	(9.212)	(1.928)
Impostos a recuperar		2.632	(5.381)	(486)	31.694
Outros ativos		(26.424)	9.008	(16.588)	29.770
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		126	(5.103)	(96)	(211)
Impostos a recolher		3.771	5.209	9.967	6.650
Outras obrigações e contas a pagar		(37.225)	(6.027)	(17.217)	(42.544)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		**(62.499)**	**9.788**	**(14.632)**	**21.065**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Passivo a Descoberto		–	(1.855)	(4.280)	1.392
Integralização de capital em controlada		(30.344)	(24.231)	–	–
Propriedade para investimentos	10.4	6.428	22.082	6.428	22.668
Títulos e valores mobiliários - conta restrita	5.2	6	1.761	309	1.996
Recursos provenientes de venda de imobilizado		23.490	2	27.329	2.290
Aquisição de imobilizado	11	(1.721)	(782)	(25.796)	(47.034)
Adições ao intangível	11	(28)	(6.102)	(76)	(37)
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de investimentos		**(2.169)**	**(9.125)**	**3.914**	**(18.725)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos		76.021	26.910	108.752	39.707
Captação (Pagamento) de empréstimos - partes relacionadas		71.691	(1.336)	–	–
Aumento de capital	22	4.185	7.897	4.185	7.897
Pagamento de empréstimos e financiamentos		(85.255)	(30.000)	(103.021)	(30.613)
Debêntures conversíveis em ação	15	(1.037)	(4.149)	(1.037)	(4.150)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**65.605**	**(678)**	**8.879**	**12.841**
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**937**	**(15)**	**(1.839)**	**15.181**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		161	176	21.015	5.834
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício		1.098	161	19.176	21.015

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados para os Períodos Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais exceto Prejuízo por ação, ou quando indicado)

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Receita operacional líquida	26	85.591	52.320	93.553	54.586
Custo dos produtos vendidos	30	(60.083)	(38.224)	(68.310)	(42.136)
Lucro bruto		25.508	14.096	25.243	12.450
Despesas operacionais					
Com vendas	30	(8.812)	(6.546)	(9.217)	(6.805)
Gerais e administrativas	30	(13.035)	(12.990)	(21.946)	(22.616)
Remuneração dos administradores	16.2/30	37	(3.196)	(3.842)	(6.346)
Resultado de equivalência patrimonial	10.1	(33.648)	(10.350)	–	(1.855)
Outras receitas (despesas) operacionais	29	(6.048)	19.772	(39.283)	31.129
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(35.998)	786	(49.045)	5.957
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	28	22.253	61.725	44.486	59.441
Despesas financeiras	28	(18.461)	(9.059)	(23.310)	(9.989)
Variação cambial, líquida	28	(12.881)	(28.411)	(14.101)	(31.256)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(45.087)	25.041	(41.970)	24.153
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	17	–	–	(4)	(160)
Diferidos	17	3.747	(4.463)	634	(3.415)
Lucro (prejuízo) do exercício		(41.340)	20.578	(41.340)	20.578
Lucro (prejuízo) do exercício		(41.340)	20.578	(41.340)	20.578
Lucro (prejuízo) atribuível a:					
Proprietários da controladora		(41.340)	20.578	(41.340)	20.578
Participações não controladores		–	–	–	–
Lucro (prejuízo) por ação					
Básico por ação	27	(1,42487)	0,89544	(1,42487)	0,89544
Diluído por ação	27	(1,42487)	0,89544	(1,42487)	0,89544

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Valor Adicionado para os Períodos Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Receitas					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços (inclui IPI)	26	102.890	63.220	112.624	66.089
Ganho na alienação de ativo imobilizado		27.329	70.144	27.329	93.944
Reversão de estimativa de perdas pela não recuperabilidade de ativos		–	–	7.001	–
Outras receitas	29	13.517	5.446	25.946	37.850
Reversão (estimativa) de perdas com devedores duvidosos	6	107	(13)	156	(46)
Perdas efetivas com devedores duvidosos	6	–	–	(9)	–
		143.843	**138.797**	**173.047**	**197.837**
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(32.401)	(18.169)	(32.210)	(26.119)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(13.557)	(12.795)	(24.688)	(16.031)
Perda na alienação de ativo imobilizado		–	(27.945)	(17.173)	(43.789)
Estimativa de perdas pela não recuperabilidade de ativos		–	–	(22.684)	(10.671)
Perdas de capital sobre investimento		(17.197)	–	(17.197)	–
Outras despesas	29	(29.697)	(27.873)	(42.506)	(46.204)
		(92.852)	**(86.782)**	**(156.458)**	**(142.814)**
Valor adicionado bruto		50.991	52.015	16.589	55.023
Depreciação e amortização	11 e 12	(4.420)	(5.731)	(5.432)	(6.403)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia		**46.571**	**46.284**	**11.157**	**48.620**
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	10.1	(33.648)	(10.350)	–	(1.855)
Receitas financeiras	28	56.348	145.526	102.613	171.802
		22.700	**135.176**	**102.613**	**169.947**
Valor adicionado total a distribuir		**69.271**	**181.460**	**113.770**	**218.567**
Distribuição do valor adicionado		**69.271**	**181.460**	**113.770**	**218.567**
Pessoal:		**28.402**	**21.888**	**33.910**	**25.098**
Remuneração direta		21.120	16.442	25.080	18.633
Benefícios		5.694	3.994	6.933	4.705
FGTS		1.588	1.452	1.897	1.760
Impostos, taxas e contribuições:		**16.471**	**17.527**	**25.173**	**18.960**
Federais		7.407	11.735	14.940	12.708
Estaduais		8.938	5.665	9.990	6.041
Municipais		126	127	243	211
Remuneração de capitais de terceiros:		**65.738**	**121.467**	**96.027**	**153.931**
Juros e demais despesas financeiras	28	65.437	121.271	95.537	153.605
Aluguéis		301	196	490	326
Remuneração (perdas) de capitais próprios:		**(41.340)**	**20.578**	**(41.340)**	**20.578**
Lucro (Prejuízo) do exercício		(41.340)	20.578	(41.340)	20.578
Participações não controladores		–	–	–	–

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às informações contábeis, individuais e consolidadas, contidas no Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 *(Em milhares de Reais, exceto Lucro líquido por ação, ou quando indicado)*

1. Contexto operacional: A Lupatech S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia") e suas controladas e associadas (conjuntamente o "Grupo") é uma sociedade anônima com sede em Nova Odessa, Estado São Paulo, com ações negociadas na bolsa de valores de São Paulo ("B3" LUPA3). O grupo, que conta com 412 colaboradores, atua na manufatura **(segmento de Produtos)** produzindo principalmente válvulas industriais; válvulas para óleo e gás; cabos para ancoragem de plataformas de petróleo; equipamentos para completação de poços; artefatos de materiais compósitos, incluindo, entre outros, tubos para revestimento de tubulações petroleiras, geralmente comercializados juntamente com serviços associados de inspeção e reparo. A Companhia operava no negócio de serviços petroleiros **(segmento Serviços)**, do qual remanescem ativos diversos em processo de desmobilização, bem como legado a ele associado. **1.1 Continuidade operacional:** O Grupo Lupatech busca superar a crise econômico-financeira e reestruturar seus negócios através do processo de recuperação judicial, segundo o plano de recuperação judicial apresentado aos seus credores, com o objetivo de preservar a sua atividade empresarial, recuperar sua posição de destaque como um dos mais relevantes grupos econômicos do Brasil relacionados ao setor de óleo e gás, bem como, para manter-se como fonte de geração de riquezas, tributos e empregos. Nos cenários desenvolvidos pela Administração, as estimativas indicam a necessidade de obtenção de recursos financeiros adicionais para elevar os níveis de capital de giro para suportar a retomada das operações. Tais recursos poderiam provir, por exemplo, e sem se limitar a, de novas linhas de crédito, aumento de capital com ou sem conversão de dívidas, venda de ativos ou participações societárias, restituição de créditos tributários e reperfilamento de passivos. A Administração persegue todas essas opções. A Companhia teve êxito em determinadas medidas implementadas desde o ajuizamento do pedido de Recuperação Judicial as quais viabilizaram a injeção de recursos substanciais em suas operações. Entre tais medidas, tem destaque o recebimento de relevantes quantias do seu principal cliente, venda de participações societárias, venda de ativos imobilizados e restituição de créditos tributários. Diversas medidas de obtenção de recursos são perseguidas com o propósito de proporcionar o capital de giro necessário para a elevação do nível de atividade e o serviço da dívida. O volume de capital necessário para financiar a retomada, depende da própria velocidade da retomada. Em 29 de dezembro de 2020, a Companhia promoveu a adesão de sociedades do Grupo Lupatech a modalidade Transação Excepcional Lei 13.988/2020 (Portaria PGFN Nº 14.402/2020). A Companhia, através dessa ação, reorganizou o montante de R$29.377 de seu passivo relacionado a obrigações Previdenciárias e Fazendárias. A referida transação gerou um benefício direto ao Grupo Lupatech com descontos em juros, multas e encargos que totaliza R$8.202 além de representar mais um importante passo da Companhia em seu processo de reestruturação. Durante o exercício de 2020 a Companhia viabilizou a monetização de créditos no montante de R$30.345, sendo R$28.545 referente a ressarcimento dos créditos de IRPJ e CSLL de controladas e coligadas e R$1.800 de depósito de garantia a pagamento de eventuais passivos indenizáveis denominado *Escrow Account*. No exercício de 2021, aproveitando-se dos favores introduzidos na modalidade Transação Excepcional Lei 13.988/2020 (Portaria PGFN Nº 14.402/2020) e Lei 14.112/2020, a Companhia reorganizou o montante de R$35.050 de seu passivo relacionado a obrigações Previdenciárias

continuação

LUPATECH S.A.

Notas explicativas às informações contábeis, individuais e consolidadas, contidas no Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais, exceto Lucro líquido por ação, ou quando indicado)

não só da melhoria do desempenho, mas também do êxito da Companhia em obter recursos adicionais necessários ao abastecimento do capital de giro e ao serviço da dívida. **1.2 Recuperação Judicial:** ***I. Processo de Recuperação Judicial do Grupo Lupatech:*** Em 25 de maio de 2015, a Lupatech S.A. e suas controladas diretas e indiretas (Grupo Lupatech), obtiveram a aprovação do Conselho de Administração para o pedido de Recuperação Judicial da Companhia, nos termos do artigo 122, parágrafo único, da Lei 6.404/76. Naquela mesma data, a Lupatech S.A. e suas controladas: Lupatech Finance Limited; Amper Amazonas Perfurações Ltda.; Itacau Agenciamentos Marítimos Ltda.; Lochness Participações S.A.; Lupatech - Equipamentos e Serviços para Petróleo Ltda.; Lupatech - Perfuração e Completação Ltda.; Matep S.A. Máquinas e Equipamentos; Mipel Comércio e Indústria de Peças Técnicas Ltda.; Prest Perfurações Ltda.; Sotep Sociedade Técnica de Perfuração S.A., ajuizaram, na Comarca de São Paulo, o pedido de recuperação judicial perante o Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, o qual foi deferido em 22 de junho de 2015. Como administrador judicial foi nomeada a Alta Administração Judicial Ltda. Inicialmente, o Grupo Lupatech apresentou um Plano de Recuperação Judicial, aprovado pelos credores em Assembleia Geral e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências, Recuperações Judiciais e Conflitos Relacionados à Arbitragem da Capital de São Paulo em 11 de dezembro de 2015. Posteriormente, em 27 de junho de 2016, a 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo deu provimento a agravos de instrumento interpostos por dois credores, anulando a decisão homologatória do Plano de Recuperação Judicial do Grupo Lupatech. A Companhia teve decisão favorável referente recurso especial, determinando o afastamento de multa anteriormente imposta a empresa por litigância protelatória indevidamente aplicada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo que anulou o Plano de Recuperação Judicial anteriormente apresentado. Em 5 de setembro de 2016, foi apresentado novo Plano de Recuperação Judicial do Grupo Lupatech junto ao juízo de origem, atendendo aos critérios estabelecidos nos acórdãos da 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o qual fora aprovado em 8 de novembro de 2016, pela Assembleia Geral de Credores do Grupo Lupatech, tendo sido homologado pelo juízo da 1ª Vara de Falências, Recuperações Judiciais e Conflitos Relacionados à Arbitragem da Capital de São Paulo, sem quaisquer ressalvas, no dia 19 de fevereiro de 2017. Diante da homologação final do juízo, o prazo para agravos contra a homologação do plano esgotou em 13 de março de 2017. A Administração do Grupo avaliou que a inexistência de agravos subsequentes confirmou integralmente a legalidade do plano e de seus efeitos a partir da sentença homologatória da decisão soberana da assembleia de credores, estando, portanto, o Grupo Lupatech e todos os credores sujeitos ao cumprimento do plano e obrigados legalmente a partir desta data. Em 2 de julho de 2019 o Administrador Judicial do Grupo Lupatech submeteu o Quadro Geral de Credores ao Juízo, ao qual o Grupo Lupatech após relação de credores trabalhistas e cíveis ilíquidos por demandas judiciais em curso, que foi acolhida com decisão judicial subsequente de que tais créditos, na medida em que originados antes do pedido de Recuperação Judicial, se submetam aos termos do Plano. A Companhia utilizou três estratégias para saldar os compromissos com os credores Classe I. A primeira, correspondente a até cinco salários mínimos relativos a créditos de natureza estritamente salariais e vencidos nos três meses anteriores à data do pedido, foi pago em dinheiro, aos respectivos credores trabalhistas, estando devidamente cumprido o artigo 54, parágrafo único, da Lei de Falências. A segunda, sem atribuição de ordem de relevância, foi o pagamento de credores por meio da conversão do crédito em debêntures da Lupatech S.A., e a terceira ocorreu por meio da adjudicação das ações de sociedade de propósito específico (SPE), na forma do art. 50 XVI da lei nº 11.101. Nesse contexto, em 28 de novembro de 2017 a Companhia anunciou a 3ª emissão de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações da Lupatech S.A. no montante de até R$30.000. A emissão foi concluída em 31 de janeiro de 2018 com a subscrição de R$29.313. A emissão foi direcionada aos credores da Classe I e aos credores não sujeitos à Recuperação Judicial, tendo sido o direito de preferência facultado aos acionistas. Em 29 de outubro de 2018, o Grupo Lupatech apresentou uma proposta de ajustes ao fluxo de pagamento dos credores quirografários da Classe III que consistia no diferimento de parte dos pagamentos iniciais em contrapartida de aumento de 0,3% da taxa de juros (passando a TR + 3,3% a.a.). A Assembleia Geral dos Credores se reuniu em 30 de novembro de 2018 e aprovou a proposta da companhia. A decisão da AGC foi submetida ao juízo recuperacional e foi homologada havendo a respectiva sentença homologatória transitado em julgado sem que nenhum recurso fosse interposto no prazo hábil. Naquela mesma data, o Conselho de Administração aprovou a emissão de 3.404.528 (três milhões, quatrocentos e quatro mil, quinhentos e vinte e oito) Bônus de Subscrição para entrega em pagamento de 50% da dívida dos credores Classe III e IV e 35% dos credores Classe II. Os Bônus foram emitidos e escriturados em nome dos credores aptos à tal, havendo o juízo da Recuperação Judicial autorizando que a Companhia mantivesse em tesouraria os valores mobiliários correspondentes aos credores, que por falta de informações cadastrais, por impossibilidade operacional ou por falta de liquidez em seu crédito, não pudessem ter seus Bônus escriturados. Em 28 de agosto de 2020, em remediação às consequências da Pandemia da COVID-19, o Grupo Lupatech submeteu à Assembleia Geral de Credores uma proposta de ajuste aos termos de pagamento das Classes I e III de credores da Recuperação Judicial. As alterações previstas incluem modificações na forma e fluxo de pagamentos aos credores dessas classes. O aditivo proposto compreendeu, em síntese: (i) ajustes à forma de pagamento dos credores da Classe I, de forma que os créditos que sobejarem o limite estipulado no art. 83 inciso I da Lei 11.101 sejam pagos integralmente da forma prevista na cláusula 6.2.2 do Plano; (ii) ajustar a forma de pagamento dos credores da Classe III para reescalonar pagamentos durante o período afetado pela pandemia, aumentar a parte do pagamento em bônus de subscrição dos credores em moeda estrangeira, definir cronograma de pagamento aos credores retardatários e; (iii) aprovar um esquema de incentivo para pagamentos antecipados que forem realizados antes de dezembro de 2025. A proposta da companhia foi devidamente aprovada pelos credores na Assembleia Geral dos Credores e homologada judicialmente em 26 de novembro de 2020, não tendo sido a decisão homologatória agravada por qualquer credor, pelo que o aditivo ao plano tornou-se vinculante aos credores das classes I e III. O Aditivo do Plano teve efeitos significativos na dívida Concursal da Companhia, refletindo na redução de R$74.000 da dívida em 31 de dezembro de 2020. Em 24 de julho de 2021, conforme ata de reunião divulgada, o Conselho de Administração homologou o aumento de Capital Social da Companhia por meio do exercício de bônus de subscrição para a aquisição de 638.242 ações ordinárias. ***II. Sobre o Plano de Recuperação Judicial, aprovado pelos credores em assembleia geral realizada em 8 de novembro de 2016, e homologado em 15 de fevereiro de 2017, pelo juízo da 1ª Vara de Falências, Recuperações Judiciais e Conflitos Relacionados à Arbitragem da Capital de São Paulo, objeto de aditamentos em 30 de novembro de 2018 e 28 de agosto de 2020.*** A adoção das medidas de recuperação específicas a seguir previstas pelo Plano tem por objetivos: (i) proceder ao reescalonamento do passivo do Grupo Lupatech, permitindo a sua futura quitação; (ii) permitir o ingresso de fluxo de caixa para manter e fomentar as atividades do Grupo Lupatech; (iii) alienar determinados bens tidos por não essenciais às atividades econômicas do Grupo Lupatech; (iv) obter novos recursos junto ao mercado de capitais para acelerar a recuperação; e (v) por meio do soerguimento do Grupo Lupatech, permitir a geração de empregos e o pagamento de impostos. ***a. Medidas de recuperação:*** O Plano utiliza os seguintes meios de recuperação, na forma do artigo 50 da Lei de Falências: (i) concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações do Grupo Lupatech, com a equalização de encargos financeiros, tendo como termo inicial a data da distribuição do pedido de recuperação judicial; (ii) aumento de capital social mediante emissão de valores mobiliários, com eventual alteração de controle societário; (iii) venda parcial, trespasse ou arrendamento de ativos do Grupo Lupatech; (iv) constituição de sociedade de propósito específico para a transferência de bens destinados ao pagamento dos credores; e (v) outras medidas a serem eventualmente submetidas à prévia aprovação do Juízo da Recuperação. **Aumento de capital:** A fim de permitir a injeção de novo capital, a qualquer momento posterior à homologação Judicial do Plano, poderá o Grupo Lupatech realizar uma ou mais chamadas de aumento de capital social da Lupatech, que poderão ser destinadas a credores sujeitos ao Plano, credores não sujeitos ao Plano, e/ou terceiros investidores, conforme o caso. O Plano prevê a entrega de bônus de subscrição a credores das Classes I, II, III e IV. Até a presente data foram emitidos pela Lupatech 3.404.528 (três milhões, quatrocentos e quatro mil, quinhentos e vinte e oito), que, se exercidos, serão convertidos em igual número de ações, parte dos quais remanesce em tesouraria aguardando que os créditos que pagarão se tornem líquidos ou que seja operacionalmente possível a sua entrega. Os créditos são trocados mediante a conferência de um bônus de subscrição a cada cem reais de crédito - relação proporcionalmente alterável na hipótese de grupamento, desdobramento ou bonificação da base acionária. O preço de exercício dos Bônus emitidos é de R$0,88 por ação. Na hipótese de qualquer aumento de capital permitir a capitalização de créditos sujeitos ao Plano, o exercício do direito de participar do referido aumento de capital será, sempre, opcional aos credores, e será sempre concedido de forma igualitária a cada uma das classes de credores sujeitos ao plano ou a toda a base de credores sujeitos ao Plano. No caso de um mesmo aumento de capital contemplar tanto credores sujeitos ao Plano quanto terceiros investidores, as condições de subscrição das ações oferecidas deverão ser as mesmas a ambos. **Garantias:** Para garantir a captação de novos recursos, preservados os direitos dos credores com garantia real, o Grupo Lupatech poderá, além de outorgar garantias pessoais, constituir garantias reais e fiduciárias: (i) a partir da consolidação da propriedade em favor do Grupo Lupatech, sobre o imóvel localizado em São Leopoldo; e (ii) a partir da eventual desoneração de garantias dadas aos Credores com Garantia Real, sobre quaisquer dos ativos desonerados. **Alienação de ativos:** O Grupo Lupatech, a partir da homologação Judicial do Plano, poderá alienar os bens do ativo permanente descritos no Plano, por meio de (i) procedimento competitivo; (ii) contrato particular firmado por preço não inferior ao apontado em laudos de avaliação preparados por empresa especializada; ou (iii) leilão particular, a ser realizado por empresa especializada na avaliação e venda de ativos por meio de leilões presenciais ou via Internet. Os proventos líquidos decorrentes de tais alienações serão utilizados para o pagamento de obrigações decorrentes da legislação do trabalho, encargos tributários e previdenciários, e de obrigações estabelecidas no Plano. **Alienação de Unidades Produtivas Isoladas (UPIs)**: O Grupo Lupatech, a partir da homologação Judicial do Plano, poderá alienar as UPIs descritas no Plano. A alienação das UPIs poderá ser feita de forma conjunta ou isolada, por meio de procedimento competitivo abrangendo, inclusive, uma ou mais UPIs ou bens do ativo permanente. Os proventos líquidos decorrentes de tais alienações serão utilizados para o pagamento de obrigações decorrentes da legislação do trabalho, encargos tributários e previdenciários, e de obrigações estabelecidas no Plano. Quaisquer alienações de UPIs por meio de procedimento competitivo serão realizadas respeitando-se o disposto nos respectivos editais, nos termos da Lei de Falências, e atendidas as demais condições previstas neste Plano. Fica a critério do Grupo Lupatech optar por quaisquer das modalidades de procedimento competitivo previstas nos artigos 142 a 145 da Lei de Falências. As UPIs que forem alienadas por procedimento competitivo estarão livres de quaisquer ônus, e os seus respectivos adquirentes não responderão por nenhuma dívida ou contingência do Grupo Lupatech, inclusive as de caráter tributário e trabalhista, nos termos do art. 60 e 141 da Lei de Falências. Na hipótese de alienação de qualquer das UPIs previstas no Plano por meio de procedimento competitivo, o Grupo Lupatech poderá incluir, como parte integrante da UPI, acessão de eventuais direitos de uso, em caráter oneroso e temporário, sobre os imóveis em que se localizam os equipamentos que constituem as UPIs alienadas. **Alienação de ativos de empresas não-recuperandas:** O Grupo Lupatech poderá, ainda, alienar ativos de propriedade de sociedades estrangeiras nas quais detenha participação ou controle, não integrantes da Recuperação Judicial. Os proventos líquidos decorrentes de tais alienações ingressarão no caixa das recuperandas, e serão utilizados para o pagamento de obrigações decorrentes da legislação do trabalho, encargos tributários e previdenciários, e de obrigações estabelecidas no Plano. **Alienação de ativos dados em garantia real ou fiduciária**: Mediante a anuência prévia do credor que detenha a respectiva garantia e/ou na forma da Lei ou do Plano, o Grupo Lupatech poderá alienar a terceiros, bens dados em garantia real ou fiduciária. Os recursos decorrentes da alienação de tais bens serão utilizados para a quitação dos créditos detidos pelo credor com garantia real ou do credor com garantia fiduciária. Eventuais valores excedentes serão utilizados para o pagamento de obrigações decorrentes da legislação do trabalho, encargos tributários e previdenciários, e de obrigações estabelecidas no Plano. **Constituição de SPEs**: A fim de possibilitar ou facilitar a venda de quaisquer dos bens do ativo permanente ou das UPIs descritas no Plano, conforme o caso, o Grupo Lupatech poderá, de forma individualizada ou em conjunto, transferir um ou mais desses ativos ou UPIs a sociedades de propósito específico constituídas pelo Grupo Lupatech. **Aprovação para alienação de ativos**: Sem prejuízo das hipóteses de alienação de ativos e alienação de ativos dados em garantia real ou fiduciária, será permitida qualquer outra modalidade de alienação, substituição ou oneração de bens mediante autorização do Juízo da Recuperação ou aprovação pela Assembleia Geral de Credores, respeitados os termos das legislações e dos contratos aplicáveis a tais ativos. Encerrada a Recuperação Judicial, o Grupo Lupatech poderá alienar livremente quaisquer bens de seu ativo circulante ou permanente, observados os gravames que recaírem sobre tais bens, não sendo mais aplicáveis as restrições previstas neste Plano ou no art. 66 da Lei de Falências, estando, porém, sujeitas às restrições usuais constantes dos contratos sociais e estatutos das sociedades do Grupo Lupatech e de novos instrumentos de dívida, conforme o caso. **Encerramento da Recuperação Judicial:** Após o encerramento da Recuperação Judicial o Grupo Lupatech poderá dispor dos bens do seu ativo e dos recursos sem que se imponham as restrições e limitações previstas no Plano. ***b. Reestruturação dos créditos sujeitos ao Plano:*** Observado o disposto no artigo 61 da Lei de Falências, todos os Créditos Sujeitos ao Plano, que serão pagos pela Lupatech e pela Lupatech Finance como devedoras principais, conforme o caso, em solidariedade com as outras sociedades do Grupo Lupatech, que permanecem como coobrigadas e devedoras solidárias, com expressa renúncia a qualquer benefício de ordem. Os créditos sujeitos ao Plano serão pagos nos prazos e formas estabelecidos no Plano, para cada classe de Credores Sujeitos ao Plano, ainda que os contratos que deram origem aos Créditos Sujeitos ao Plano disponham de maneira diferente. Com a referida novação, todas as obrigações, *covenants*, índices financeiros, hipóteses de vencimento antecipado, multas, bem como quaisquer outras obrigações contratuais que sejam incompatíveis com as condições deste Plano, deixam de ser aplicáveis. Os créditos não sujeitos ao Plano serão pagos na forma originalmente contratada ou na forma que for acordada entre o Grupo Lupatech e o respectivo credor, inclusive, se aplicável, mediante a implantação de medidas previstas no Plano. Com o objetivo de reduzir os custos na administração dos pagamentos, será respeitado um valor mínimo de parcela de pagamento aos credores sujeitos ao Plano de duzentos e cinquenta reais por credor sujeito ao Plano habilitado na lista de credores nas classes III e IV, limitado ao saldo do seu respectivo crédito sujeitos ao Plano. As formas de pagamento previstas aos credores das classes I, II, III, e IV têm por objetivo não só o reescalonamento de parte substancial dos créditos a ser feito em dinheiro; mas também permitir que os credores se beneficiem do soerguimento econômico perseguido pelo Grupo Lupatech através do exercício dos bônus de subscrição oferecidos em troca de parte do seu crédito. Créditos que tenham a sua classificação contestada pelo Grupo Lupatech ou por qualquer parte interessada, nos termos da Lei de Falências, somente podem ser pagos depois de transitada em julgado a sentença que determinar a qualificação do crédito controvertido, respeitados os termos da Lei de Falências, iniciando-se os prazos para pagamento apenas após o trânsito em julgado da respectiva sentença. Na hipótese de majoração de qualquer crédito, ou inclusão de novo crédito em decorrência de eventual impugnação de crédito ou do julgamento de qualquer ação judicial, o respectivo valor (em caso de inclusão) ou valor adicional (em caso de majoração) será pago por meio da distribuição proporcional do valor nas parcelas futuras. A eventual majoração ou inclusão de qualquer Crédito na lista de credores durante o prazo de pagamento não gerará ao credor cujos créditos forem majorados qualquer direito ao recebimento retroativo ou proporcional de parcelas já pagas. ***c. Reestruturação dos Créditos Trabalhistas:*** Os créditos trabalhistas controvertidos que venham a ser objeto de acordo na Justiça do Trabalho devem ser pagos na forma estabelecida nos respectivos acordos devidamente homologados pela Justiça do Trabalho em decisão definitiva. Em nenhuma hipótese os créditos trabalhistas controvertidos poderão receber tratamento mais benéfico do que aquele dado aos créditos trabalhistas incontroversos. ***d. Reestruturação dos créditos com garantia real:*** Além do pagamento previsto acima, o Grupo Lupatech poderá, a qualquer tempo e mediante anuência por parte do respectivo credor com garantia real, realizar o pagamento total ou parcial do saldo do respectivo crédito com garantia real por meio: (i) da dação em pagamento de quaisquer dos ativos dados em garantia real em favor do credor com garantia real; (ii) da dação em pagamento de créditos detidos pelo Grupo Lupatech, em valor suficiente à cobertura do saldo do respectivo Crédito com garantia real; ou (iii) da entrega dos recursos provenientes da alienação de quaisquer dos ativos dados em garantia real em favor do credor com garantia real, seja nos termos do Plano, mediante autorização judicial, ou nos termos do Artigo 60 da Lei de Falências. Na hipótese de o pagamento alternativo ocorrer apenas de forma parcial, o respectivo credor com garantia real deverá liberar garantias reais excessivas em favor do Grupo Lupatech, na forma do Plano. ***e. Reestruturação dos créditos quirografários:*** Os créditos quirografários que forem denominados em moeda estrangeira serão apurados em Reais com base no câmbio da data do pedido, e pagos em condições análogas às previstas no Plano, respeitada a variação do câmbio oficial do Banco Central do dia útil anterior ao pagamento. A variação cambial será apurada pela diferença entre o valor original do crédito quirografário denominado em moeda estrangeira e os valores efetivamente pagos em moeda estrangeira. O Grupo Lupatech assegurará o pagamento, em dinheiro, de no mínimo dois mil reais por credor quirografário, tanto de moeda nacional como moeda estrangeira, até o limite do valor de seu respectivo crédito quirografário. Na hipótese de tal valor mínimo exceder a proporção de 50% do crédito quirografário, apenas o saldo restante do crédito quirografário será pago pela entrega de Bônus de Subscrição. **Cancelamento dos *Notes* atuais**: Após a homologação Judicial do Plano, e após a obtenção de decisão judicial no *Chapter* 15 reconhecendo a eficácia do Plano em território norte-americano, considerar-se-ão canceladas de pleno direito aos *Notes* atualmente detidas pelos *Noteholders*, as quais serão substituídas pelas Novas *Notes*, a serem emitidas em até 180 dias contados da obtenção da decisão judicial no *Chapter* 15. Conforme Comunicado ao Mercado de 18 de outubro de 2021, a Companhia concluiu a substituição obrigatória das *Notes* emitidas em 8 de outubro de 2014. A *Depository Trust Company* ("DTC") substituiu US$49.302 em valor principal detidas atualmente pela DTC por (a) US$14.628 em valor principal agregado de 0,4% de Notas de Taxa Fixa Garantida da Companhia e 1.482.487 *"Warrants"* que são exercíveis por um número igual de bônus de subscrição. Cada bônus de subscrição é convertido em uma ação ordinária da Lupatech a um preço de exercício de R$0,88. A Escritura datada de 18 de outubro de 2021, nas quais as *"New Notes"* são emitidas pela Lupatech Finance Limited, possui a Lupatech como Garantidora, e a *Wilmington Savings Fund Society*, FSB *"New Notes Trustee*", como agente fiduciário, agente pagador, registrador e agente de transferência. Em 28 de outubro de 2021, a Companhia tomou ciência da decisão judicial proferida pela Corte de Falências de Nova Iorque, a qual, em razão da conclusão da emissão das Novas Notes e dos *Subscription Warrants*, determinou o encerramento do *Chapter 15* nos Estados Unidos da América. ***f. Reestruturação dos Créditos de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP):*** O Grupo Lupatech assegurará o pagamento, em dinheiro, de no mínimo dois mil reais por credor ME e EPP, até o limite do valor de seu respectivo crédito de ME e EPP. Na hipótese de tal valor mínimo exceder a proporção de 50% do crédito ME e EPP, apenas o saldo restante do crédito de ME e EPP será pago pela entrega de Bônus de Subscrição. **2ª Emissão de Bônus de Subscrição da Companhia:** Em 3 de março de 2021 a Companhia, através de Reunião do Conselho de Administração aprovou os termos e condições da 02ª Emissão de Bônus de Subscrição, em série única e onerosa, dentro do limite de capital autorizado, a ser realizada de forma a, no âmbito do Plano de Recuperação Judicial da Companhia e demais sociedades do seu grupo, promover o pagamento dos créditos sujeitos ao Plano de Recuperação Judicial. Os Bônus de Subscrição serão objeto de colocação privada, sem qualquer esforço de venda junto ao público em geral e sem a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição, e a Emissão respeitará o direito de preferência dos acionistas da Companhia e será direcionada a titulares de Créditos das Classes I, II, III e IV, nos termos do Plano de Recuperação Judicial, a sociedades integrantes do Grupo Lupatech que possuam créditos contra esta, com o fim específico de, posteriormente, dar em pagamento aos Credores de Classes I, II, III e IV da Companhia quando se tornarem líquidos. Nesse contexto, foi aprovada a Emissão no montante de R$94.797.500,00 (noventa e quatro milhões, setecentos e noventa e sete mil e quinhentos reais), mediante a emissão de 947.975 (novecentos e quarenta e sete mil novecentos e setenta e cinco) bônus de subscrição de emissão da Companhia. Em 27 de abril de 2021 fora concluído o processo de escrituração dos Bônus, estando os subscritores livres para negociar os Bônus em bolsa ou exercer os Bônus frente à Companhia a partir de 29 de abril de 2021, encerrando-se o prazo para exercício em 28 de outubro de 2025. Em decorrência da Emissão, a Companhia não obterá quaisquer recursos tendo em vista se tratar emissão com integralização com créditos. Assim, havendo o exercício do direito de preferência pelos acionistas da Companhia, com a integralização em moeda corrente nacional, as importâncias por eles pagas serão entregues proporcionalmente aos titulares de créditos a serem integralizados nos termos do artigo 171, parágrafos 2º e 3º, Lei das Sociedades por Ações. **1.3 Pandemia (Covid-19):** Em meados do mês de março de 2020, a Companhia começou a enfrentar as consequências da Pandemia do COVID-19. Em poucas palavras, a Pandemia impôs um forte retrocesso nas vendas do segundo trimestre de 2020. A recuperação paulatina da demanda industrial juntamente com os pedidos recebidos no escopo dos contratos de fornecimento firmados com a Petrobras, permitiram que as receitas tivessem uma melhora a partir do terceiro trimestre de 2020, mesmo estando impactadas pela pandemia. A partir do segundo trimestre de 2021, foi observado o reaquecimento da atividade comercial, que havia voltado a sofrer no início de 2021 com a eclosão da segunda onda da pandemia. A Administração da Companhia está monitorando os possíveis impactos do Covid-19. Na data de emissão destas demonstrações financeiras, a Companhia não vislumbra riscos à continuidade de seus negócios, tampouco às estimativas e julgamentos contábeis em razão da pandemia. **2. Base de preparação: 2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas CPC):** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP. A Administração da Companhia, afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A emissão das informações da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram autorizadas pelo Conselho de Administração em 17 de março de 2022. *2.1.1 Saldos anteriormente divulgados:* Atendendo aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros, aprovado pela Resolução nº 1979/09 do Conselho Federal de Contabilidade, a Companhia efetuou a reclassificação retrospectiva referente ao imposto de renda e contribuição social diferidos relacionado a mais valia de máquinas e equipamentos. Tal reclassificação, refletiu na Controladora em investimentos em controladas e coligadas (ativo não circulante) e ajuste de avaliação patrimonial (patrimônio líquido). No Consolidado o efeito foi em imposto de renda e contribuição social diferidos (passivo não circulante) e ajuste de avaliação patrimonial (patrimônio líquido), conforme demonstrado no quadro abaixo:

		Controladora				Controladora
ATIVO	**Saldos originalmente apresentados em 01/01/2020**	**Ajuste**	**Saldos após ajustes em 01/01/2020**	**Saldos originalmente apresentados em 31/12/2020**	**Ajuste**	**Saldos após ajustes em 31/12/2020**
Total do ativo circulante	92.289	–	92.289	78.694	–	78.694
Investimentos em controladas e coligadas	210.283	11.310	221.593	320.610	11.310	331.920
Total do ativo não circulante	431.073	11.310	442.383	483.535	11.310	494.845
Total do ativo	523.362	11.310	534.672	562.229	11.310	573.539
Passivo e patrimônio líquido						
Total do passivo circulante	86.948	–	86.948	62.722	–	62.722
Imposto de renda e contribuição social diferidos	36.374	–	36.374	34.872	–	34.872
Total do passivo não circulante	336.849	–	336.849	359.307	–	359.307
Ajustes de avaliação patrimonial	151.261	11.310	162.571	162.651	11.310	173.961
Total do patrimônio líquido	99.565	11.310	110.875	140.200	11.310	151.510
Total do passivo e patrimônio líquido	523.362	11.310	534.672	562.229	11.310	573.539

		Consolidado				Consolidado
Passivo e patrimônio líquido	**Saldos originalmente apresentados em 01/01/2020**	**Ajuste**	**Saldos após ajustes em 01/01/2020**	**Saldos originalmente apresentados em 31/12/2020**	**Ajuste**	**Saldos após ajustes em 31/12/2020**
Total do passivo circulante	68.364	–	68.364	77.081	–	77.081
Imposto de renda e contribuição social diferidos	67.056	(11.310)	55.746	57.192	(11.310)	45.882
Total do passivo não circulante	336.699	(11.310)	325.389	275.328	(11.310)	264.018
Ajustes de avaliação patrimonial	151.261	11.310	162.571	162.651	11.310	173.961
Total do patrimônio líquido	99.565	11.310	110.875	140.200	11.310	151.510
Total do passivo e patrimônio líquido	504.628	–	504.628	492.609	–	492.609

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo. **2.4 Base de consolidação e investimentos em controladas:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Lupatech S.A. - Em Recuperação Judicial e suas controladas. *2.4.1 Empresas controladas:* O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações contábeis da Lupatech S.A. - Em Recuperação Judicial e suas controladas diretas e indiretas, conforme demonstrado a seguir:

	Participação direta e indireta (%)	
Empresas controladas diretas e indiretas	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Participações diretas		
Mipel Comércio e Indústria de Peças Técnicas Ltda. - Em Recuperação Judicial - (Brasil)	100,00	100,00
Lupatech Equipamentos e Serviços para Petróleo Ltda.- Em Recuperação Judicial - (Brasil)	100,00	100,00
Lupatech Finance Limited - Em Recuperação Judicial - (Ilhas Cayman)	100,00	100,00
Recu S.A. - (Argentina)	95,00	95,00
Lupatech Oil&Gas Coöperatief U.A. - (Holanda)	5,00	5,00
Lochness Participações S.A. - Em Recuperação Judicial - (Brasil)	100,00	100,00
Ilno Administradora de Bens e Direitos Ltda - (Brasil)	100,00	100,00
Participações indiretas		
Recu S.A. - (Argentina)	5,00	5,00
Lupatech Oil&Gas Coöperatief U.A. - (Holanda)	95,00	95,00
Lupatech Perfuração e Completação Ltda.- Em Recuperação Judicial - (Brasil)	100,00	100,00
Sotep Sociedade Técnica de Perfuração S.A. - Em Recuperação Judicial - (Brasil)	100,00	100,00
Prest Perfurações Ltda. - Em Recuperação Judicial - (Brasil)	100,00	100,00
Itacau Agenciamentos Marítimos Ltda. - Em Recuperação Judicial - (Brasil)	100,00	100,00
Matep S.A. Máquinas e Equipamentos - Em Recuperação Judicial - (Brasil)	100,00	100,00
Amper Amazonas Perfurações Ltda. - Em Recuperação Judicial - (Brasil)	100,00	100,00
UNAP International Ltd. - (Ilhas Cayman)	100,00	100,00
Ciaval II Administração de Bens e Direitos SPE S.A. - (Brasil)	100,00	100,00

Transações eliminadas na consolidação: Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. *2.4.2 Empresas controladas em conjunto:* Controladas em conjunto são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pelo Grupo, em conjunto com outro(s) acionista(s), normalmente operados através de acordos de acionistas. Nas demonstrações financeiras da controladora e no consolidado, as participações em entidades controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. A Companhia em 31 de dezembro de 2020 possuía participação nas seguintes empresas controladas em conjunto: Luxxon Participações Ltda. e Aspro do Brasil Sistemas de Compressão Ltda., conforme demonstrado abaixo:

	Participação direta e indireta (%)	
Empresas controladas em conjunto	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Participações diretas		
Luxxon Participações Ltda. - (Brasil) (*)	–	45,20
Participações indiretas		
Aspro do Brasil Sistemas de Compressão Ltda. - (Brasil) (*)	–	45,20

(*) Investimento em Controladas em Conjunto *(Joint Venture)*

Conforme Reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de junho de 2020 os Conselheiros aprovaram o exercício de direito da retirada da Companhia da sociedade Luxxon Participações Ltda., em razão da alienação do controle pelos demais sócios da Luxxon. A saída da sociedade se efetivou em 15 de janeiro de 2021. *2.4.3 Combinação de negócios:* Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações preexistentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. Se qualquer evento de combinação de negócios ou outra transação ou evento societário semelhante que afete as Opções com a diluição da posição acionária a que Beneficiário faria jus, o Conselho de Administração deverá alterar o Contrato de Opção de Compra de Ações Ordinárias, em até 30 dias da data do referido evento, para garantir que os Beneficiários permaneçam com Opções suficientes para aquisição do percentual estipulado de ações da Companhia contratado, conforme a nova composição acionária, onde o cronograma de exercício das Opções previsto no contrato seja preservado, mantidos os percentuais e prazos de exercício nele definidos. **3. Principais práticas contábeis:** O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo é como segue: **3.1 Instrumentos Financeiros:** A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. A Companhia classifica ativos e passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao custo amortizado. *3.1.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento:* A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os dire

continuação

LUPATECH S.A.

Notas explicativas às informações contábeis, individuais e consolidadas, contidas no Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais, exceto Lucro líquido por ação, ou quando indicado)

diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.9 Benefícios a empregados e administradores:** ***a. Remuneração com base em ações:*** A Companhia oferece um Plano de Outorga de Opção de Ações a profissionais a serem selecionados a exclusivo critério do Conselho de Administração dentre os administradores, executivos, colaboradores e prestadores de serviços. A outorga de opções é uma transação mercantil entre a empresa e o beneficiário pela qual lhe é oportunizada a aquisição de ações com recursos próprios. O valor justo das opções outorgadas é calculado em função sobretudo da diferença entre o preço de mercado das ações e o preço de exercício da opção, e é calculado na data da outorga e reconhecido como despesa durante o período ao qual o direito é adquirido, por metodologia hábil ao cálculo do valor de opções. O valor total a ser debitado é determinado mediante a referência ao valor justo das opções outorgadas. O valor total da despesa reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. O impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, será reconhecida na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio, na conta "Reserva de Capital - Opções Outorgadas". ***b. Participação nos resultados:*** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base nos Planos de Participação nos Resultados e Plano de Remuneração Variável, quando aplicável, que leva em conta metas individualizadas e corporativas. **3.10 Provisões:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. As provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido (nota explicativa nº 19). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **3.11 Demais direitos e obrigações:** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores reconhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos). **3.12 Demonstração do resultado:** As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência. A receita da venda é reconhecida no momento da entrega física dos bens e serviços, transferência de propriedade e quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas: a) o cliente assume os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens; b) o Grupo não mantém envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau de normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais bens; c) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; d) o recebimento de contas a receber é provável; e) os custos incorridos ou a incorrer referentes às transações possam ser medidos com segurança. **3.13 Conversão de saldos em moeda estrangeira:** ***a. Transações e saldos:*** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores na data das transações são reconhecidos na demonstração do resultado. A moeda funcional de cada entidade está relacionada abaixo:

Empresas controladas diretas e indiretas	Moeda Funcional	País
Participações diretas		
Mipel Com. e Ind. de Peças Técnicas Ltda. - Em Recuperação Judicial	Reais	Brasil
Lupatech Equipamentos e Serviços para Petróleo Ltda.- Em Recuperação Judicial	Reais	Brasil
Lupatech Finance Limited - Em Recuperação Judicial	Dólar Americano	Ilhas Cayman
Recu S.A.	Peso Argentino	Argentina
Lochness Participações S.A. - Em Recuperação Judicial	Reais	Brasil
Lupatech Oil&Gas Coöperatief U.A.	Dólar Americano	Holanda
Ilno Administradora de Bens e Direitos Ltda.	Reais	Brasil
Participações indiretas		
Recu S.A.	Peso Argentino	Argentina
Lupatech Oil&Gas Coöperatief U.A.	Dólar Americano	Holanda
Lupatech Perfuração e Completação Ltda. - Em Recuperação Judicial	Reais	Brasil
Sotep Sociedade Técnica de Perfuração S.A. - Em Recuperação Judicial	Reais	Brasil
Prest Perfurações Ltda. - Em Recuperação Judicial	Reais	Brasil
Itacau Agenciamentos Marítimos Ltda. - Em Recuperação Judicial	Reais	Brasil
Matep S.A. Máquinas e Equipamentos - Em Recuperação Judicial	Reais	Brasil
Amper Amazonas Perfurações Ltda. - Em Recuperação Judicial	Reais	Brasil
UNAP International Ltd.	Dólar Americano	Ilhas Cayman
Ciaval II Administração de Bens e Direitos SPE S.A.	Reais	Brasil

b. Empresas do Grupo: Os resultados e a posição financeira de todas as empresas do Grupo utilizadas como base para avaliação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos pela moeda de apresentação conforme abaixo: (i) Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do balanço; (ii) As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio; (iii) Os saldos de ágios por expectativa de rentabilidade futura originados da aquisição de entidades no exterior, realizada após a adoção dos CPCs/IFRS, e quaisquer ajustes de valor justo nos valores contábeis de ativos e passivos originados da aquisição dessa entidade no exterior são tratados como ativos e passivos de entidade no exterior. Desse modo, eles são expressos na moeda funcional da respectiva entidade adquirida no exterior e são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo balanço; e (iv) Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no Patrimônio Líquido, na Demonstração dos Resultados Abrangentes, na linha "Ajustes Acumulados de Conversão", subconta do grupo "Ajustes de Avaliação Patrimonial". **3.14 Lucro (prejuízo) por ação:** O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. **3.15 Investimentos em controladas (Controladora):** Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e o resultado dessa avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional, com exceção das variações cambiais sobre investimentos no exterior (controladas que possuem operação própria), as quais são registradas em conta específica do patrimônio líquido, para serem reconhecidas em receitas e despesas quando da venda ou baixa do investimento. Conforme ICPC 9, o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura *(goodwill),* representado pela diferença positiva entre o valor pago (ou valores a pagar) e o montante líquido proporcional adquirido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida é registrado nas demonstrações financeiras individuais (controladora) como "investimentos" e nas demonstrações financeiras consolidadas como "ativo intangível". **3.16 Relatório por segmento:** O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para as tomadas de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva. As tomadas das decisões estratégicas do Grupo são de responsabilidade do Conselho de Administração **3.17 Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"):** A Companhia elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional. **3.18 Novas normas, alterações e interpretações:** Durante o exercício de 2020 e 2021, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2021 ou após, a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Financeiras da adoção destas normas, e não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis: **- Alteração da norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não circulante:** esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. **- Melhorias anuais nas normas IFRS 2018-2020:** efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. **- Alteração da norma IAS 16 - Imobilizado:** Resultado gerado antes do atingimento de condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. **- Alteração da norma IAS 37 - Contrato oneroso:** Custo de cumprimento de um contrato. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. **- Alteração da norma IFRS 3: Referências a estrutura conceitual.** Esclarece alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual do IFRS. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. **- Alteração da norma IAS 1 e Divulgação de práticas contábeis 2 - Divulgação de políticas contábeis:** Esclarece aspectos a serem considerados na divulgação de políticas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. **- Alteração da norma IAS 8 - Definição de estimativas contábeis:** Esclarece aspectos a serem considerados na definição de estimativas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. **- Alteração da norma IFRS 16 - Arrendamentos:** Define o tratamento de mudanças em contratos de arrendamento mercantil que tenham relação direta com a pandemia da Covid-19. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/04/2021. **- Alteração da norma IAS 12 - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação:** Esclarece aspectos a serem considerados no reconhecimento de impostos diferidos ativos e passivos relacionados a diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade. **4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 11 - Imobilizado; • Nota explicativa 12 - Intangíveis; • Nota explicativa 17 - Impostos de renda e contribuição social; • Nota explicativa 19 - Processos contingentes e depósitos judiciais; • Nota explicativa 21 - Passivos a valor justo; • Nota explicativa 32 - Ativos Mantidos para Venda. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluímos comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita a seguir: ***a. Imposto de renda diferido:*** O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de estimativa de lucros tributáveis futuros. É calculado usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo fiscal. Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração do Grupo. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização, levando também em consideração as projeções de resultados tributáveis futuros. ***b. Vida útil de ativos de longa duração:*** A Companhia reconhece a depreciação e/ou amortização de seus ativos de longa duração com base em vida útil estimada, e reflete significativamente a vida econômica de ativos de longa duração. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis de ativos de longa duração também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário. ***c. Valorização de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinações de negócios:*** Em 2012 e em anos anteriores, conforme descrito na nota explicativa n° 10, foram realizadas combinações de negócios. De acordo com o IFRS 3, aplicado para as aquisições ocorridas após a data de transição para o IFRS, os custos da entidade adquirida devem ser alocados aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença a maior entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos é registrada como ágio. A Companhia exerce julgamentos significativos no processo de identificação de ativos e passivos tangíveis e intangíveis, avaliando tais ativos e passivos e na determinação da sua vida útil remanescente. Em determinados casos são contratados especialistas externos de avaliação para auxiliar na avaliação de ativos e passivos, particularmente quando esta avaliação requer alta qualificação técnica. A avaliação destes ativos e passivos é baseada em premissas e critérios que podem incluir estimativas de fluxos de caixa futuros descontados pelas taxas apropriadas. O uso das premissas para avaliação inclui estimativas de fluxos de caixa descontados ou taxas de descontos e podem resultar em valores estimados diferentes dos ativos adquiridos e passivos assumidos. ***d. Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa:*** Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Não importando se existe ou não algum indicativo de que o valor de um ativo possa não ser recuperado, os saldos de ágio oriundos de combinações de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados para fins de mensuração da recuperabilidade pelo menos uma vez ao ano, ou período menor quando existem circunstâncias que requeiram análises por período menor que o anual. Quando o valor residual de um ativo excede seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo contábil destes ativos. Se o montante recuperável do ativo não puder ser determinado individualmente, o montante recuperável dos segmentos de negócio para o qual o ativo pertence é analisado. Exceto para uma perda de recuperabilidade do ágio, uma reversão de perda por recuperabilidade de ativos é permitida. A reversão nestas circunstâncias é limitada ao montante do saldo da provisão para perda do correspondente ativo. A recuperabilidade do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos e circunstâncias que podem resultar na necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Se algum fato ou circunstância indicar que a recuperabilidade do ágio está afetada, então o teste é antecipado. A Companhia realizou novos testes de recuperabilidade de ágios para todas as suas unidades geradoras de caixa, as quais representam o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado pela Administração e é baseado em projeções de expectativas de fluxo de caixas descontados e que levam em consideração as seguintes premissas: custo de capital, taxa de crescimento e ajustes usados para fins de perpetuidade do fluxo de caixa, metodologia para determinação do capital de giro e previsões econômico financeiras de longo prazo. O processo de revisão da recuperabilidade é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. A avaliação das unidades geradoras de caixa da Companhia, baseada em fluxos de caixa projetados, pode ser negativamente impactada se a recuperação da economia e das taxas de crescimento acontecerem em uma velocidade inferior à prevista, bem como se os planos da Administração para os negócios da Companhia, descritas na nota explicativa n° 1 não se concretizaram como esperado no futuro. As avaliações e teste de recuperabilidade das unidades geradoras de caixa, tem como pressuposto a continuidade operacional da Companhia e suas controladas.

5. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários restritos: 5.1 Caixa e equivalentes de caixa: Os saldos de caixa e equivalentes de caixa estão compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos				
No Brasil	961	28	1.278	45
No exterior	–	–	–	–
Total	961	28	1.278	45
Equivalentes de caixa				
Certificado de depósito bancário	137	133	17.898	20.970
Total	137	133	17.898	20.970
Caixa e equivalentes de caixa	1.098	161	19.176	21.015

Os valores de equivalentes de caixa são referentes a aplicações de liquidez imediata, com risco insignificante de modificação do valor e referem-se a recursos aplicados em renda fixa e certificado de depósito bancário. As taxas de remuneração das aplicações financeiras de certificado de depósito bancário têm como parâmetro o Certificado de Depósito Interbancário - CDI. **5.2 Títulos e valores mobiliários - Restrito:** Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui R$44 no ativo não circulante, o mesmo saldo apresentado em 31 de dezembro de 2020, na controladora e no consolidado, referente à garantia locatícia.

6. Contas a receber de clientes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Mercado nacional	16.172	16.191	22.312	22.666
Mercado externo	2.662	707	2.662	743
	18.834	16.898	24.974	23.409
Menos: estimativa para perda de créditos de liquidação duvidosa	(3.533)	(3.640)	(4.031)	(4.187)
	15.301	13.258	20.943	19.222
Circulante	15.301	13.258	20.943	19.222
Não circulante	–	–	–	–

A composição da carteira de clientes por vencimentos é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
A faturar	1.963	–	3.305	–
A vencer	10.771	11.046	12.402	13.866
Vencidos até 30 dias	1.493	355	1.506	430
Vencidos de 31 a 90 dias	131	364	473	587
Vencidos de 91 a 180 dias	86	279	86	281
Vencidos há mais de 180 dias	4.390	4.854	7.202	8.245
	18.834	16.898	24.974	23.409

O valor do risco de eventuais perdas encontra-se apresentado como estimativa para perdas com créditos de liquidação duvidosa. O risco de crédito das contas a receber advém de a possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhando permanentemente o seu saldo devedor. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente, por parte de sua Administração para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. A estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa teve a seguinte movimentação:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial do período	3.640	4.257	4.187	4.823
Constituição	(15)	705	(33)	730
Baixa por perda	142	(895)	112	(930)
Recuperação	(234)	(427)	(235)	(436)
Saldo final do exercício	3.533	3.640	4.031	4.187

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram revertidos do resultado estimativa para perdas de créditos de liquidação duvidosa no montante R$107 na controladora e R$156 no consolidado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram revertidos no resultado estimativa para perdas de créditos de liquidação duvidosa no montante líquido de R$617 na controladora e R$636 no consolidado. **Qualidade do crédito das contas a receber de clientes:** A qualidade dos créditos de contas a receber de clientes que não estão vencidos ou deteriorados (*impaired)* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Abaixo está apresentada a abertura dos créditos conforme classificação interna do Grupo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Grupo 1	3.583	1.760	4.266	1.775
Grupo 2	4.134	6.396	6.091	8.145
Grupo 3	7.584	5.102	10.586	9.302
	15.301	13.258	20.943	19.222

Legenda: **Grupo 1 -** Novos clientes (menos de 6 meses de relacionamento com o Grupo). **Grupo 2 -** Clientes existentes (mais de 6 meses sem histórico de inadimplência). **Grupo 3 -** Clientes existentes (mais de 6 meses com algum histórico de inadimplência. Toda inadimplência foi recuperada).

7. Estoques:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Produtos prontos	6.325	5.084	7.800	6.552
Mercadorias para revenda	4.645	3.034	6.453	4.875
Produtos em elaboração	10.292	8.577	20.374	13.617
Matéria-prima e materiais auxiliares	16.466	17.340	30.529	30.934
Perdas com obsolescência de estoques	(6.983)	(7.055)	(24.029)	(24.046)
Total	30.745	26.980	41.127	31.932

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 houve reversão de perda com obsolescência de estoques, no montante de R$72 na controladora e R$17 no consolidado (em 31 de dezembro de 2020 houve estimativa de perda com obsolescência de estoques, no montante de R$789 na controladora e reversão de R$9.545 no consolidado), conforme demonstrado na movimentação abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial do período	(7.055)	(6.266)	(24.046)	(33.591)
Estimativa de perda	(213)	(789)	(418)	(1.151)
Reversão	285	–	435	10.696
Saldo final	(6.983)	(7.055)	(24.029)	(24.046)

8. Impostos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
Impostos a Recuperar	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
ICMS a recuperar	10.296	9.779	10.453	9.936
Pis e Cofins s/ICMS	25.993	28.485	29.627	29.812
IPI a recuperar	1.454	1.557	1.681	1.793
PIS a recuperar	40	28	95	188
Cofins a recuperar	184	129	331	707
Antecipação de IRPJ	–	–	–	6
Antecipação de CSLL	–	–	–	1
IRRF a recuperar	11	22	434	400
IRPJ a recuperar	383	266	20.506	18.756
CSLL a recuperar	326	230	2.607	2.737
Outros	1	4	7	42
Total	38.688	40.500	65.741	64.378
Circulante	37.564	7.343	64.608	29.884
Não Circulante	1.124	33.157	1.133	34.494

A origem dos créditos acima relacionados é a seguinte: • **COFINS, PIS e IPI a recuperar** - decorrem, basicamente, de créditos sobre compras de matérias-primas utilizadas em produtos exportados e venda de produtos tributados à alíquota zero. A realização destes créditos tem sido efetuada através de compensação com outros tributos federais. • **Imposto de renda e contribuição social a recuperar** - são decorrentes de impostos sobre o lucro, pagos a maior ao longo de anos anteriores, ou na forma de antecipação no exercício corrente, e de impostos retidos na fonte sobre operações financeiras e serviços prestados por terceiros. Estes impostos vêm sendo compensados com impostos a pagar apurados de mesma natureza ou objeto de pedido de restituição, quando aplicável. • **ICMS** - refere-se a créditos sobre aquisições de insumos utilizados na fabricação de produtos cuja venda está sujeita à base de cálculo reduzida de ICMS, bem como a créditos sobre aquisições de insumos utilizados na fabricação de produtos destinados à exportação. • **PIS e COFINS s/ICMS** - refere-se ao montante apurado pela Companhia em virtude de trânsito em julgado parcial de decisão favorável à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ações vêm sendo tomadas para utilizar esses créditos fiscais acumulados, seja pelo seu consumo na operação, compensação com débitos ou restituição em dinheiro. **9. Outras contas a receber:** Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui os seguintes saldos registrados como outras contas a receber no ativo circulante e não circulante, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Outras contas a receber - circulante				
Lucros e dividendos a receber	–	–	–	1.664
Outras contas a receber	976	452	1.522	348
Procedimento Arbitral - CSL	25.227	–	25.227	–
Debêntures conversíveis em ações	4.359	4.559	6.628	12.935
Total	30.562	5.011	33.377	14.947
Outras contas a receber - não circulante				
Valores a receber da Luxxon	163	163	6.091	6.091
Total	163	163	6.091	6.091

A Companhia possui contrato de mútuo com a Luxxon Participações Ltda. no montante de R$6.091 em 31 de dezembro de 2021, o mesmo saldo foi apresentado em 31 de dezembro de 2020. Esse montante encontra-se registrado em outras contas a receber no ativo não circulante. Dito contrato não foi objeto de transação na saída da sociedade, permanecendo o crédito hígido, tendo sido concedido à Luxxon um período de carência para a renegociação do seu passivo. Conforme descrito na nota explicativa nº 1.1, a Companhia reconheceu no balanço o direito de crédito contra a Cordoaria São Leopoldo Ltda. e sua sucessora Cordoaria São Leopoldo Original Ltda, referente multa contratual imposta por decisão em Procedimento Arbitral, no valor atualizado de R$25.227. Visto que, a Companhia está com ação de execução de sentença arbitral em curso, a qual aguarda análise e julgamento definitivo pelo Juízo. **10. Investimentos: 10.1 Investimentos em controladas e coligadas**

Dados dos investimentos	Mipel	Recu	LESP	Finance	LO&G	Lochness	Ilno	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Quantidade de ações ou cotas									
Ações ordinárias (mil)	–	3.000	–	–	–	–	97.765		
Cotas do capital social (mil)	31.570	–	–	50	–	–	–		
Percentual de participação	100	95	100	100	5	100	100		
Patrimônio líquido	**4.087**	**244**	**32.761**	**112.631**	**18.870**	**89.575**	**97.764**		
Resultado no período	(4.570)	–	5.565	(849)	15.806	(47.463)	(1)		
Lucros não realizados	(354)	–	–	–	–	–	–		
Movimentação dos investimentos									
Saldo inicial no período	6.059	264	26.101	95.402	152	129.599	74.343	331.920	204.218
Adiantamento para futuro aumento de capital	3.192	–	396	–	–	–	–	3.588	1.533
Aumento de capital	2.264	–	1.071	–	–	–	23.422	26.757	98.904
Resultado de equivalência patrimonial	(4.590)	–	5.565	12.051	790	(47.463)	(1)	(33.648)	(8.495)
Ajuste de avaliação patrimonial	–	(32)	24	5.178	1	7.439	–	12.611	35.760
Saldo final no período	**6.925**	**232**	**33.157**	**112.631**	**943**	**89.575**	**97.764**	**341.227**	**331.920**

As razões sociais das controladas e coligadas são as seguintes: Mipel - Mipel Comércio e Indústria de Peças Técnicas Ltda. - Em Recuperação Judicial; Recu - S/A; LESP - Lupatech - Equipamentos e Serviços para Petróleo Ltda. - Em Recuperação Judicial; Finance - Lupatech Finance Limited - Em Recuperação Judicial; LO&G - Lupatech Oil&Gas Coöperatief U.A., Lochness Participações S/A - Em Recuperação Judicial e Ilno Administradora de Bens e Direitos Ltda. Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. O resultado da equivalência patrimonial é composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Em controladas	(33.648)	(8.495)	–	–
Em controladas em conjunto *(joint venture)*	–	(1.855)	–	(1.855)
Total	(33.648)	(10.350)	–	(1.855)

10.2 Investimentos em controladas em conjunto (*joint venture*): Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu investimentos em controlada em conjunto *(Joint Venture)* referente à Luxxon Participações Ltda., como provisão para passivo a descoberto, no montante R$4.280. A saída da sociedade da Luxxon se efetivou em 15 de janeiro de 2021 (Nota Explicativa nº 2.4.2). Os investimentos controlados em conjunto são mensurados pelo método da equivalência patrimonial. **10.3 Propriedade para Investimento:** Atualmente é constituída de terreno e área construída, localizados em Macaé no Rio de Janeiro, onde não existem atividades operacionais. Estas parcelas não utilizadas são reservadas a outra destinação que possa ser mais rentável e eficiente para a Companhia, quais sejam, a locação, o desenvolvimento imobiliário ou a venda a longo prazo. A Companhia em 31 de dezembro de 2020 apresentava o saldo de propriedades para investimento de R$6.428 na controladora e R$28.370 no consolidado. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de propriedades para investimentos é de R$21.942 no consolidado.

	Controladora			Consolidado		
	Terrenos	Prédios e Construções	Total	Terrenos	Prédios e Construções	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.395	2.033	6.428	24.697	3.673	28.370
Adições	–	–	–	–	–	–
Baixas	(4.395)	(2.033)	(6.428)	(4.395)	(2.033)	(6.428)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	–	–	–	20.302	1.640	21.942

11. Imobilizado:

	Taxas médias ponderadas de depreciação % ao ano	Controladora 31/12/2021 imobilizado líquido	Controladora 31/12/2020 imobilizado líquido	Consolidado 31/12/2021 imobilizado líquido	Consolidado 31/12/2020 imobilizado líquido
Terrenos	–	3.751	3.751	13.730	3.884
Prédios e construções	2%	5.851	6.024	101.782	88.794
Máquinas e equipamentos	12%	12.084	14.361	15.103	14.050
Moldes e matrizes	19%	470	338	560	416
Instalações industriais	6%	79	474	1.606	2.100
Móveis e utensílios	13%	623	629	856	790
Equipamentos para processamento de dados	12%	198	94	115	–
Benfeitorias	9%	328	249	939	857
Veículos	19%	7	18	119	120
Vasilhames	–	–	–	–	1
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	–	113	9	11.331	8.687
Imobilizações em andamento	–	967	367	1.333	7.100
Total		24.471	26.314	147.474	126.799

Síntese de movimentação do imobilizado:

Custo do imobilizado bruto	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas, equipamentos e moldes e matrizes	Instalações industriais e benfeitorias	Móveis e utensílios	Equipamentos processamento de dados	Imobilizado em andamento	Outros	Controladora Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**3.751**	**7.942**	**87.642**	**2.194**	**3.871**	**3.957**	**367**	**496**	**110.220**
Adições	–	5	718	119	50	143	658	28	1.721
Baixas	(970)	(4.056)	(72)	(940)	–	(10)	(1)	–	(6.049)
Transferências	–	–	57	–	–	–	(57)	–	–
Ativos mantidos para venda	89	3.625	–	–	–	–	–	–	3.714
Efeito financeiro capitalizado	881	753	–	–	–	–	–	76	1.710
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**3.751**	**8.269**	**88.345**	**1.373**	**3.921**	**4.090**	**967**	**600**	**111.316**

Depreciação acumulada	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas, equipamentos e moldes e matrizes	Instalações industriais e benfeitorias	Móveis e utensílios	Equipamentos processamento de dados	Imobilizado em andamento	Outros	Controladora Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**–**	**(1.918)**

continuação

LUPATECH S.A.

Notas explicativas às informações contábeis, individuais e consolidadas, contidas no Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais, exceto Lucro líquido por ação, ou quando indicado)

Administração para fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento. Foram consideradas as taxas de crescimento da perpetuidade e as taxas de inflação na projeção. Sempre que possível, a Administração efetua a comparação entre os valores em uso e os valores estimados de venda das UGCs a fim de identificar eventuais distorções nos cálculos. As taxas de desconto utilizadas foram elaboradas levando em consideração informações de mercado disponíveis na data do teste. A taxa de desconto utilizada foi de 9,43% a.a., com base no custo de capital ponderado do segmento de negócio a que pertence, considerando a inflação segundo a metodologia CAPM para o cenário de encerramento do ano de 2021. O saldo de ágio não é amortizado, sendo sujeito a teste de "*impairment*" anualmente ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor. Em 2021 e 2020 não foram identificados indícios de perda de valor na recuperabilidade de ágios. Cabe destacar que eventos ou mudanças significativas no panorama podem levar a perdas significativas por recuperabilidade de ágio. Como principais riscos podemos destacar eventual deterioração do mercado siderúrgico, queda significativa na demanda dos setores automotivos e construção, paralisação de atividades de plantas industriais da Companhia ou mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro que acarretem um aumento de percepção de risco de redução de liquidez e capacidade de refinanciamento. Segue abaixo um resumo da alocação do saldo do ágio por nível de Unidade Geradora de Caixa:

	Ágios na aquisição de investimentos			
	Intangível		Intangível	
	Controladora		Consolidado	
UGCs	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Segmento Produtos				
Mipel Comércio e indústria de Peças Técnicas Ltda.	6.065	6 065	6.065	6.065
Unidade Lupatech Ropes	55.414	55.414	55.414	55.414
Lupatech - Equipamentos e Serviços para Petróleo - Unidade Fiberware	–	–	20.687	20.687
Total	61.479	61.479	82.166	82.166
Investimento	–	–	–	–
Intangível	61.479	61.479	82.166	82.166

Os ágios são alocados às unidades geradoras de caixa para os quais podem ser identificados nos fluxos de caixa das Unidades Geradoras de Caixa - "UGC". Segue abaixo resumo dos valores registrados como perda pela não recuperabilidade do ágio por Unidade Geradora de Caixa:

	Segmento Produtos						Segmento Serviços	Consolidado
UGCs	**Mipel Comércio e Indústria de Peças Técnicas Ltda.**	**Unidade Lupatech Ropes**	**Lupatech - Equipamentos e Serviços para Petróleo - Unidade Oil Tools**	**Unidade Tecval**	**Lupatech - Equipamentos de Serviços para Petróleo - Unidade Monitoring Systems**	**Lupatech - Equipamentos de Serviços para Petróleo - Unidade Fiberware**	**Lupatech - Equipamentos de Serviços para Petróleo - Unidade Oil & Gas**	**Total**
Ágio na aquisição de investimento	6.065	125.414	9.149	55.680	9.884	20.687	59.227	286.106
Perdas pela não recuperabilidade do ágio	–	(70.000)	(9.149)	(55.680)	(9.884)	–	(59.227)	(203.940)
Ágio líquido	6.065	55.414	–	–	–	20.687	–	82.166
Saldos em 31 de dezembro de 2020	6.065	55.414	–	–	–	20.687	–	82.166
Reversão de perdas pela não recuperabilidade do ágio	–	–	–	–	–	–	–	–
Estimativa de perdas pela não recuperabilidade do ágio	–	–	–	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6.065	55.414	–	–	–	20.687	–	82.166

13. Fornecedores:

	31/12/2021						31/12/2020					
	Controladora			Consolidado			Controladora			Consolidado		
	Circulante	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Fornecedores sujeitos à recuperação judicial												
Nacionais	5.124	98.802	**103.926**	5.124	98.802	**103.926**	4.082	99.993	**104.075**	4.082	99.993	**104.075**
Estrangeiros	–	21.289	**21.289**	–	21.289	**21.289**	137	16.901	**17.038**	137	16.901	**17.038**
(–) Ajuste a valor presente	–	(64.567)	**(64.567)**	–	(64.567)	**(64.567)**	–	(66.536)	**(66.536)**	–	(66.536)	**(66.536)**
	5.124	**55.524**	**60.648**	**5.124**	**55.524**	**60.648**	**4.219**	**50.358**	**54.577**	**4.219**	**50.358**	**54.577**
Fornecedores não sujeitos à recuperação judicial												
Nacionais	3.624	–	**3.624**	6.000	–	**6.000**	3.784	–	**3.784**	7.422	–	**7.422**
Estrangeiros	47	–	**47**	47	–	**47**	(339)	–	**(339)**	(337)	–	**(337)**
	3.671	**–**	**3.671**	**6.047**	**–**	**6.047**	**3.445**	**–**	**3.445**	**7.085**	**–**	**7.085**
Total de fornecedores	**8.795**	**55.524**	**64.319**	**11.171**	**55.524**	**66.695**	**7.664**	**50.358**	**58.022**	**11.304**	**50.358**	**61.662**

De acordo ao plano de Recuperação Judicial em vigor, 50% dos créditos quirografários de fornecedores em reais e 70% dos créditos quirografários de fornecedores em moeda estrangeira serão pagos por meio da dação em pagamento de bônus de subscrição e os 50% e 30% restantes serão pagos em dinheiro no prazo de 15 anos, com acréscimo de juros e correção monetária a uma taxa variável equivalente à TR + 3% ao ano para a Classe IV em reais e TR + 3,3% ao ano para a Classe III em reais, 0,4% para credores em moeda estrangeira a serem pagos respectivamente 30 dias ou em quatro parcelas trimestrais após o vencimento da última parcela do principal, conforme proposto nos termos de pagamentos dos credores quirografários do novo Plano. Em 31 de dezembro de 2021, houve registro de ajuste a valor presente sobre os fornecedores sujeitos à recuperação judicial no montante de R$1.969 (R$6.696 em 31 de dezembro de 2020). O saldo de ajuste a valor presente sobre os fornecedores sujeitos à recuperação judicial em 31 de dezembro 2021 é de R$64.567 (R$66.536 em 31 de dezembro de 2020) na controladora e no consolidado, considerando a taxa de desconto de 13,65% ao ano. **14. Empréstimos e financiamentos**

			31/12/2021						31/12/2020					
			Controladora			Consolidado			Controladora			Consolidado		
Descrição	**Indexador**	**Taxas de juros ponderada**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Sujeito à Recuperação Judicial														
Moeda nacional														
Credores com garantia real	FIXO	3,00% a.a. + TR	1.495	40.657	**42.152**	1.495	40.657	**42.152**	1.495	41.363	**42.858**	1.495	41.363	**42.858**
Capital de giro/expansão			1.495	40.657	**42.152**	1.495	40.657	**42.152**	1.495	41.363	**42.858**	1.495	41.363	**42.858**
(–) Ajuste a valor presente			–	(20.647)	**(20.647)**	–	(20.647)	**(20.647)**	–	(22.678)	**(22.678)**	–	(22.678)	**(22.678)**
Credores quirografários	FIXO	3,3% a.a. + TR	1.118	85.624	**86.742**	1.118	85.624	**86.742**	461	84.360	**84.821**	461	84.360	**84.821**
Capital de giro/expansão			208	13.782	**13.990**	208	13.782	**13.990**	76	13.541	**13.617**	76	13.541	**13.617**
Capital de giro/expansão			176	12.202	**12.378**	176	12.202	**12.378**	64	11.924	**11.988**	64	11.924	**11.988**
Capital de giro/expansão			87	14.144	**14.231**	87	14.144	**14.231**	86	14.144	**14.230**	86	14.144	**14.230**
Financiamento para pesquisa e desenvolvimento			86	5.676	**5.762**	86	5.676	**5.762**	31	5.577	**5.608**	31	5.577	**5.608**
Debêntures			561	39.820	**40.381**	561	39.820	**40.381**	204	39.174	**39.378**	204	39.174	**39.378**
(–) Ajuste a valor presente			–	(47.821)	**(47.821)**	–	(47.821)	**(47.821)**	–	(49.993)	**(49.993)**	–	(49.993)	**(49.993)**
Moeda estrangeira														
Credores quirografários	FIXO	0,4% a.a.	–	–	**–**	748	83.466	**84.214**	–	–	**–**	–	77.089	**77.843**
Noteholders			–	–	**–**	748	83.466	**84.214**	–	–	**–**	754	77.089	**77.843**
(–) Ajuste a valor presente			–	–	**–**	–	(50.692)	**(50.692)**	–	–	**–**	–	(33.764)	**(33.764)**
			2.613	**57.813**	**60.426**	**3.361**	**90.587**	**93.948**	**1.956**	**53.052**	**55.008**	**2.710**	**96.377**	**99.087**
Não sujeito à Recuperação Judicial														
Moeda nacional														
Capital de giro/expansão	CDI	6,80% a.m.	–	–	**–**	–	–	**–**	2.958	–	**2.958**	2.958	–	**2.958**
Capital de giro/expansão	TJLP	4,86% a.m.	5.034	–	**5.034**	8.648	–	**8.648**	5.034	–	**5.034**	8.648	–	**8.648**
Títulos descontados com coobrigação	FIXO	1,24% a.m.	6.313	–	**6.313**	6.501	–	**6.501**	11.983	–	**11.983**	12.119	–	**12.119**
Títulos de Crédito	FIXO	1,15 % a.m.	2.000	–	**2.000**	17.000	–	**17.000**	–	–	**–**	–	–	**–**
Cheque especial	FIXO	6,00% a.m.	201	–	**201**	202	–	**202**	1	–	**1**	3	–	**3**
Moeda estrangeira														
Capital de giro/expansão	DÓLAR	7,48% a.a.	1.214	–	**1.214**	2.519	–	**2.519**	1.214	–	**1.214**	2.519	–	**2.519**
			14.762	**–**	**14.762**	**34.870**	**–**	**34.870**	**21.190**	**–**	**21.190**	**26.247**	**–**	**26.247**
			17.375	**57.813**	**75.188**	**38.231**	**90.587**	**128.818**	**23.146**	**53.052**	**76.198**	**28.957**	**96.377**	**125.334**

De acordo ao plano de Recuperação Judicial em vigor, 35% dos créditos com garantia real sujeitos à Recuperação Judicial devem ser pagos por meio da dação em pagamento de bônus de subscrição e os 65% restantes serão pagos em dinheiro no prazo de 15 anos, com acréscimo de juros e correção monetária a uma taxa variável equivalente à TR + 3% ao ano, a serem pagos 30 dias após o vencimento da última parcela do principal, conforme proposto nos termos de pagamentos dos credores com garantia real do novo Plano. No caso dos créditos quirografários de empréstimos e financiamentos listados em reais, de acordo com plano de Recuperação Judicial em vigor, 50% serão pagos por meio da dação em pagamento de bônus de subscrição e os 50% restantes serão pagos em dinheiro no prazo de 15 anos, com acréscimo de juros e correção monetária a uma taxa variável equivalente à TR + 3,3% ao ano, a serem pagos em 30 dias ou quatro parcelas trimestrais após o vencimento da última parcela do principal, conforme aprovado nos termos de pagamentos dos credores quirografários do novo Plano. O pagamento dos créditos quirografários dos *Noteholders*, serão realizados em condições análogas às previstas no Plano, respeitada a variação cambial, mediante pagamento de 30% do valor do respectivo crédito quirografário, incluindo principal, juros e encargos incorridos atualizados a taxa de 0,4%, por meio da entrega de Novas Notes, e pagamento de 70% do valor do respectivo crédito quirografário, equivalentes ao saldo restante do principal, por meio da dação em pagamento de Bônus de Subscrição *(Warrants)*. Em 31 de dezembro de 2021, houve registro de ajuste a valor presente dos empréstimos e financiamentos sujeitos à recuperação judicial no montante de R$4.203 na controladora (R$12.055 em 31 de dezembro de 2020) e de R$12.725 no consolidado (R$7.652 em 31 de dezembro de 2020). O saldo de ajuste a valor presente sobre os empréstimos e financiamentos sujeitos à recuperação judicial em 31 de dezembro de 2021 é de R$68.468 (R$72.671 em 31 de dezembro de 2020) na controladora e R$119.160 (R$106.435 em 31 de dezembro de 2020) no consolidado, considerando a taxa de desconto de 13,65% ao ano. Os vencimentos das parcelas não circulantes dos financiamentos estão conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
Vencimento	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
2022	1.596	1.519	2.331	2.247
2023	1.765	1.683	2.767	2.675
2024	2.907	2.770	4.377	4.225
2025	3.529	3.367	5.533	5.350
2026	2.539	3.695	6.405	6.233
A Partir de 2027	45.477	40.018	69.175	75.647
	57.813	53.052	90.588	96.377

As garantias dos empréstimos e financiamentos foram concedidas conforme abaixo, com posição em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

		31/12/2021				31/12/2020			
			Valor da garantia				Valor da garantia		
		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Garantia	**Saldo Contábil (*)**	**Valor de avaliação (**)**	**Saldo Contábil (*)**	**Valor de avaliação (**)**	**Saldo Contábil (*)**	**Valor de avaliação (**)**	**Saldo Contábil (*)**	**Valor de avaliação (**)**
Sujeito e não sujeitos à Recuperação Judicial									
Moeda nacional									
Capital de giro/expansão	Hipoteca/edificações	33.288	117.165	33.913	139.107	33.340	112.207	33.965	134.149
Capital de giro/expansão	Máquinas e equipamentos	2.639	2.540	4.171	5.005	2.596	2.540	4.725	5.005
		35.927	119.705	38.084	144.112	35.936	114.747	38.690	139.154

* Valores líquidos de depreciação.

** Avaliação conforme laudos elaborados pela Appraisal Avaliações e Engenharia Ltda.

Devido ao Plano de Recuperação Judicial, os *Notes* e as Debêntures passaram a ser tratados e registrados junto aos empréstimos sujeitos à recuperação judicial, no passivo não circulante, devido à sua classificação como credores quirografários do Plano, onde possuem incidência de juros e de correção monetária a uma taxa variável equivalente à TR + 3,3% ao ano em reais, conforme determinação para pagamento desses credores no Novo Plano de Recuperação Judicial. **15. Debêntures:** ***Terceira Emissão de Debêntures:*** Objetivando a obtenção de captação de recursos para promover o pagamento de parte dos créditos de natureza trabalhista, e outros créditos não sujeitos ao Plano de Recuperação Judicial, o Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 28 de novembro de 2017, a 3ª emissão de debêntures conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, em série única, de espécie quirografária, para colocação privada, dentro do limite do capital autorizado, no montante de trinta milhões de reais, mediante a emissão de 30.000.000 de Debêntures. A Emissão respeitou o direito de preferência aos acionistas da Companhia e foi direcionada ao pagamento de créditos da Classe I da Recuperação Judicial e a titulares dos outros créditos. Em 5 de fevereiro de 2018, foi realizado em RCA, a homologação parcial da 3ª Emissão de Debêntures da Companhia, conforme aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de novembro de 2017, no montante de R$29.313, mediante a emissão de 29.313.394 Debêntures, dentro do limite do capital autorizado da Companhia. Considerando o montante total da emissão de 30.000.000 de Debêntures, remanesceram, ainda, 686.606 Debêntures não subscritas, que foram canceladas pela Companhia, nos termos da Emissão. As conclusões dos processos de conversão em ações da Companhia ocorreram conforme o exposto abaixo:

Evento	**Data da Conversão**	**Ações ordinárias (unidades)**	**Conversão de Debêntures em R$**
Conclusão do processo de conversão de debêntures em ações da Companhia	28 de fevereiro de 2018	5.265.949	15.482
1ª Conversão Mandatória de Debêntures em Ações da Companhia	28 de fevereiro de 2018	470.456	1.383
2ª Conversão Mandatória de Debêntures em Ações da Companhia	18 de junho de 2018	358.682	1.055
3ª Conversão Mandatória de Debêntures em Ações da Companhia	20 de agosto de 2018	364.282	1.070
4ª Conversão Mandatória de Debêntures em Ações da Companhia	21 de novembro de 2018	369.542	1.087
5ª Conversão Mandatória de Debêntures em Ações da Companhia	27 de fevereiro de 2019	375.225	1.103
6ª Conversão Mandatória de Debêntures em Ações da Companhia	29 de maio de 2019	380.467	1.119
7ª Conversão Mandatória de Debêntures em Ações da Companhia	30 de agosto de 2019	386.318	1.136
8ª Conversão Mandatória de Debêntures em Ações da Companhia	22 de novembro de 2019	392.168	1.153
9ª Conversão Mandatória de Debêntures em Ações da Companhia	02 de março de 2020	397.923	1.170
10ª Conversão Mandatória de Debêntures em Ações da Companhia	24 de junho de 2020	403.441	1.186
11ª Conversão Mandatória de Debêntures em Ações da Companhia	18 de agosto de 2020	409.686	1.204
12ª Conversão Mandatória de Debêntures em Ações da Companhia	24 de novembro de 2020	415.698	1.222
13ª Conversão Mandatória de Debêntures em Ações da Companhia	26 de fevereiro de 2021	421.798	1.240

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não possui saldo de Debêntures remanescentes devido a última conversão ter se realizado em 26 de fevereiro de 2021 (R$1.037 em 31 de dezembro de 2020).

16. Partes relacionadas: 16.1 Controladora: Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas, que são suas partes relacionadas, foram eliminados na consolidação. Os detalhes a respeito das transações entre a controladora e suas controladas estão apresentados a seguir:

					Controladora	
Ativo	**SABR**	**Mipel Sul**	**Lupatech Finance**	**LESP**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Circulante						
Duplicatas a receber	–	25	–	–	25	8
Outras contas a receber	159	274	–	19.155	19.588	21.340
Não circulante						
Mútuos e empréstimos	15.983	–	–	–	15.983	28.310
	16.142	299	–	19.155	35.596	49.658
Passivo						
Circulante						
Duplicatas a pagar	–	–	–	881	881	70
Outras contas a pagar	10.438	–	1.251	6.288	17.977	3.971
Mútuos e empréstimos	12.999	–	–	–	12.999	3.606
Não circulante						
Mútuos e empréstimos	–	–	151.377	–	151.377	155.740
Outras contas a pagar	–	–	–	35.163	35.163	32.744
	23.437	–	152.628	42.332	218.397	196.131

Resultado do exercício	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Compras de produtos	–	6.517	–	–	6.517	28
Receitas financeiras	42	–	–	–	42	36
Despesas financeiras	–	–	684	84	768	766
Variação cambial	–	–	4.684	–	4.684	–
	42	6.517	5.368	84	12.011	830

							Controladora	
Mútuos ativos	**Data transação**	**Duração**	**Taxa de juros**	**Montante envolvido R$**	**Saldo existente US$**		**31/12/2021**	**31/12/2020**
Moeda estrangeira								
Contrato 1	jul-14	Indeterminado	105% do DI-Cetip	19.502	2.796		15.601	27.995
Contrato 2	dez-14	Indeterminado	12,000% a.a.	288	68		382	315
				19.790	**2.864**		**15.983**	**28.310**
Mútuos passivos								
Moeda estrangeira								
Contrato 3	dez-15	Indeterminado	–	36.951	–		–	14.434
Contrato 4	jan-18	Indeterminado	0,4% a.a.	227.331	27.126		151.377	141.306
Contrato 6	dez-21	Indeterminado	–	–	2.329		12.999	–
				274.784	**29.455**		**164.376**	**155.740**
Moeda nacional								
Contrato 5	ago-20	Indeterminado	105% do DI-Cetip	49.637	–		–	3.606
				49.637	**–**		**–**	**3.606**
				324.421	**29.455**		**164.376**	**159.346**

As transações são praticadas de acordo com as condições pactuadas entre as partes. Os contratos de mútuos e empréstimos em moeda estrangeira entre Controladora e Lupatech *Finance* estão apresentados em 31 de dezembro de 2021 pelo montante líquido de R$151.377 (saldo remanescente de R$141.306 em 31 de dezembro de 2020) no passivo da Controladora. ***a. Avais concedidos:*** As operações com partes relacionadas não possuem garantias atreladas a operação, resumindo-se as transações comerciais ordinárias (compra e venda de insumos), as quais não estão lastreadas em garantias, assim como operações de mútuos com empresas do Grupo, as quais também não apresentam garantias na sua composição. ***b. Condições de preços e encargos:*** Os contratos de mútuos entre as empresas no Brasil são atualizados monetariamente pela taxa mensal DI-Cetip de captação no mercado. **16.2 Pessoal-chave da Administração:** ***a. Remuneração da Administração:*** O valor de R$37 na controladora e R$3.842 no consolidado (R$3.196 na controladora e R$6.346 no consolidado no mesmo período de 2020) compreende a remuneração fixa e valores correspondentes a remuneração variável. Esta remuneração variável registrada no período se refere a valores originariamente contratados nas remunerações dos exercícios de 2019 e 2020, que se encontravam provisionados nos resultados dos respectivos exercícios, e cujo crédito foi apurado e autorizado pelo Conselho de Administração em março de 2021. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 20 de maio de 2021, foi aprovada a remuneração fixa e variável global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2021 no montante de até R$5.726, sendo assim distribuídos: (i) até R$2.568 para a remuneração fixa global da Diretoria, incluindo benefícios e encargos; (ii) até R$2.016 para a remuneração variável global da Diretoria; e (iii) até R$1.142 para a remuneração fixa global do Conselho de Administração. A mesma reunião aprovou também o Plano de Incentivo de Longo Prazo do Diretor Presidente da Companhia, contemplando a possibilidade de premiação adicional no prazo de 5 anos conforme objetivos e prazos a critério do Conselho de Administração. **17. Imposto de renda e contribuição social:** Para as empresas sediadas no Brasil, dependendo da situação de cada empresa, se tributadas pelo lucro real, à provisão para imposto de renda é calculada e contabilizada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10%, e a contribuição social à alíquota de 9%, calculada e contabilizada sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação fiscal. As empresas tributadas com base no lucro presumido calculam o imposto de renda à alíquota de 15%, mais adicional de 10%, e contribuição social à alíquota de 9%, sobre um lucro estimado de 8% a 32% para imposto de renda e 12% para contribuição social aplicados sobre o faturamento bruto de vendas e serviços das controladas, observadas as normas fiscais em vigor. A Lupatech S.A. e suas controladas e coligadas possuem R$1.850.662 de prejuízo fiscal acumulado até dezembro de 2021. **a. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Em 31 de dezembro de 2021 na controladora e no consolidado os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos não circulantes existentes são apresentados conforme quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
Passivo Não Circulante	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Ajuste a valor presente de fornecedores, multas, empréstimos e debêntures	(31.662)	(33.132)	(43.727)	(41.168)
Custo Atribuído	–	–	(2.975)	(2.975)
Outros	(283)	(1.740)	(283)	(1.740)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(31.945)**	**(34.872)**	**(46.984)**	**(45.883)**

Encontram-se registrados no resultado em 31 de dezembro de 2021, imposto de renda e contribuição social diferidos, referente ao resultado de 2021, nos montantes de R$3.747 (receita) na controladora e R$634 (receita) no consolidado (R$4.463 (despesa) na controladora e R$3.415 (despesa) no consolidado referente ao exercício de 2020). **b. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social:**

	Controladora		Consoliadado	
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos das operações continuadas	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
	(45.087)	**25.041**	**(41.970)**	**24.153**
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	**(45.087)**	**25.041**	**(41.970)**	**24.153**
Adição e exclusões				
Equivalência patrimonial	(33.648)	(10.350)	–	1.855
Provisão de perdas com obsolescência de estoques	(72)	–	(17)	–
(Reversão) Estimativa de perdas pela não recuperabilidade de ativos	–	–	(15.683)	(4.532)
(Reversão) Perdas estimadas para devedores duvidosos	107	617	156	636
Provisão de perdas de contingências	747	(4.689)	(425)	(17.262)
Despesas não dedutíveis	3.642	6	33.787	8.174
Ajuste a valor presente	6.174	(18.752)	(10.755)	(14.348)
Ajuste a valor justo	(651)	(40.135)	(651)	(40.135)
Investimento avaliado pelo valor de patrimônio	(50.055)	(3.600)	(50.055)	(3.600)
Provisão de juros sobre fornecedores	–	20	(90)	37
Provisão de variação cambial	12.379	25.622	24.391	27.423
Outros	63.466	18.834	4.176	(18.012)
Base de cálculo	**(42.998)**	**(7.386)**	**(57.135)**	**(35.611)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**3.747**	**(4.463)**	**634**	**(3.415)**

18. Outras contas a pagar: Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui os seguintes saldos registrados como outras contas a pagar no passivo circulante e não circulante, conforme composição:

	Controladora		Consolidado	
Outras a pagar - Circulante	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Provisão de energia elétrica	332	357	332	357
Provisão de honorários	350	937	350	937
Contingências trabalhistas a pagar	513	454	608	563
Provisões diversas	144	47	489	412
Outras contas a pagar	662	705	1.013	1.283
Total	2.001	2.500	2.792	3.552

	Controladora		Consolidado	
Outras a pagar - Não Circulante	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Contingências trabalhistas a pagar	–	–	2.058	2.446
Outras contas a pagar - Ciaval	2.176	2.026	3.136	2.025
Total	2.176	2.026	5.194	4.471

19. Processos contingentes e depósitos judiciais: 19.1 Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis: A Companhia, discute questões de natureza tributária, trabalhista e civil na esfera judicial. A provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis foi apurada pela Administração com base em informações disponíveis e suportadas pela opinião de seus advogados quanto à expectativa de desfecho, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis que venham a ocorrer em função de decisões judiciais desfavoráveis.

			Controladora		Consolidado	
			Expectativa de perda		**Expectativa de perda**	
			Possível	**Provável**	**Possível**	**Provável**
Tributários (i)						
ICMS - Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços	(i.1)		84.745	–	86.384	–
CSLL - Contribuição Social s/Lucro líquido	(i.2)		2.093	–	7.584	–
IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(i.3)		11.181	–	58.571	–
INSS - Instituto Nacional de Seguro Social			–	–	1.811	–
IRRF - Imposto sobre a Renda Retido na Fonte	(i.4)		53.116	–	53.116	–
IPI - Imposto s/Produtos Industrializados			845	–	845	–
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social			–	–	551	–
ISS - Imposto sobre Serviços	(i.5)		–	–	7.407	165
CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico			–	–	1.154	–
Outras provisões tributárias	(i.6)		1.050	758	42.259	995
			153.030	758	259.682	1.160
Trabalhistas (ii)			3.272	2.885	24.925	24.336
Cíveis (iii)			845	497	47.670	8.290
Total em 31 de dezembro de 2021			157.147	4.140	332.277	33.786
Total em 31 de dezembro de 2020			181.912	4.166	362.275	34.900

Estes valores abrangem a totalidade das empresas do Grupo e incluem valores em discussão judicial e administrativa bem como situações incorridas onde, mesmo sem a existência de lançamentos ou questionamento formal por parte das autoridades, possam ensejar riscos de perdas futuras. A provisão para recursos envolvidos nas demandas judiciais nos montantes acima expostos (R$4.140 na controladora e R$33.786 no consolidado em 31 de dezembro de 2021 e R$4.166 na controladora e R$34.900 no consolidado em 31 de dezembro de 2020) e referentes às esferas abaixo elencadas leva em conta a probabilidade de perda provável, sendo esta, configurada quando uma saída de benefícios econômicos é presumível diante da matéria discutida, dos julgamentos havidos em cada demanda e do entendimento jurisprudencial de cada caso. As demandas com probabilidade de perda possível estão excluídas da provisão. A movimentação do saldo da provisão, em 31 de dezembro de 2021, é conforme segue:

	Controladora				Consolidado			
	Tributário	**Trabalhista**	**Cíveis**	**Total**	**Tributário**	**Trabalhista**	**Cíveis**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.088**	**2.547**	**531**	**4.166**	**3.401**	**23.267**	**8.232**	**34.900**
Adições no período	–	133	–	133	8	3.047	3.804	6.859
Baixas no período	(330)	205	(34)	(159)	(2.249)	(1.978)	(3.746)	(7.973)
Total em 31 de dezembro de 2021	**758**	**2.885**	**497**	**4.140**	**1.160**	**24.336**	**8.290**	**33.786**

As demandas judiciais são divididas em três esferas, sendo elas: *(i) Contingências tributárias:* Discussões envolvendo tributos na esfera estadual e federal, dentre estes IRPJ, PIS, COFINS, INSS, ICMS e IPI. Existem processos em todas as fases processuais, desde a instância inicial até as Cortes Superiores, STJ e STF. Os principais processos e valores são conforme abaixo: **Principais processos contingentes classificados como de perda possível em 31 de dezembro de 2021:** (i.1) Ação Anulatória do Estado do Rio Grande do Sul que objetiva desconstituir crédito tributário de ICMS, lançado em razão da Companhia não ter realizado o recolhimento do imposto por ocasião da exportação ficta de mercadorias ao abrigo do REPETRO, haja vista tal operação ser imune à sua incidência. Processo distribuído em 28 de abril de 2017, sujeito a perda possível de R$68.212. Execução fiscal da Fazenda Pública do Estado de São Paulo objetivando a cobrança de ICMS na importação. Processo distribuído em 22 de outubro de 2015, sujeito a perda possível de R$6.999. Ação Anulatória ajuizada pela Lupatech S.A. - Em Recuperação Judicial contra o Estado de São Paulo, distribuída em 22 de outubro de 2015, com o objetivo de desconstituir dívida de ICMS. O Tribunal de Justiça deu provimento ao Recurso de Apelação para anular a sentença e determinar que seja realizada perícia contábil, a fim de se apurar a validade da obrigação principal. Processo sujeito a perda possível de R$3.927. (i.2) Auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, distribuído em 13 de julho de 2011, referente à cobrança de contribuições sociais incidentes sobre a folha de pagamento, bem como incidentes sobre a remuneração paga, devida ou creditada, aos contribuintes individuais pelos serviços prestados. Processo sujeito a perda possível de R$2.188. Auto de infração lavrado pela União Federal, distribuído em 14 de dezembro de 2018, referente à cobrança das multas lançadas em decorrência do suposto descumprimento do regime aduaneiro especial de admissão temporária. Processo sujeito a perda possível de R$2.596. Auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, em decorrência de Manifestação de Inconformidade. Processo distribuído em 23 de julho de 2014, sujeito a perda possível de R$2.034. (i.3) Auto de infração da Receita Federal do Brasil, lavrado em decorrência do arbitramento do lucro no ano calendário 2010. Processo distribuído em 10 de novembro de 2014, sujeito a perda possível de R$15.482. Ação Anulatória objetivando a desconstituição do crédito tributário (IRPJ e CSLL referentes aos anos-calendário de 2009 e 2010, em razão da suposta irregularidade da antecipação de

continuação

LUPATECH S.A.

Notas explicativas às informações contábeis, individuais e consolidadas, contidas no Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais, exceto Lucro líquido por ação, ou quando indicado)

	Controladora		Consolidado	
Impostos a recolher - Não Circulante	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Parcelamento INSS	516	2.260	580	2.586
Parcelamento IRPJ	7.691	5.723	7.691	5.723
Parcelamento CSLL	2.837	3.380	2.837	3.380
Parcelamento COFINS	1.415	2.695	1.415	2.695
Parcelamento ICMS	–	–	1.586	1.175
Parcelamento Ordinário (PIS/COFINS/Contribuição Previdenciária)	2.718	–	3.840	47
Transação Excepcional Lei 13.988/2020 (Portaria PGFN Nº 14.402/2020) e Lei 14.112/2020	18.827	15.988	24.739	19.619
Parcelamento Recuperação Judicial	1.499	–	4.139	–
Parcelamento ISS	6	11	423	496
Parcelamento SESI/SENAI	–	–	16	–
Outros impostos diversos	98	74	1.260	91
	35.607	30.131	48.526	35.812
Depósitos judiciais vinculados ao parcelamentos de IRPJ/CSLL	(12.459)	(10.407)	(12.459)	(10.407)
Total	23.148	19.724	36.067	25.405

Em 14 de novembro de 2017, a Companhia promoveu a adesão de diversas sociedades controladas e investidas do Grupo Lupatech ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, instituído pela Medida Provisória nº 783/2017 e pela Lei nº 13.496/2017, reorganizando, por meio dessa ação, o montante de R$123.000 de seu passivo relacionado a contingências e obrigações fiscais, o qual veio acompanhado de descontos em juros, multas e encargos num total de R$48.000. Devido a questões operacionais do processo de adesão, parte significativa (73%) dos passivos aderidos não foram ainda consolidados. Isto decorre de uma questão operacional/sistêmica da Receita Federal - os passivos que não se encontrem listados nos sistemas disponibilizados para o processamento pelos contribuintes têm de ser tratados manualmente. No caso da Companhia, um grande número de processos, em especial aduaneiros, foram abarcados nesse contexto. A companhia tomou tempestivamente as medidas administrativas e legais preventivas indicadas por seus consultores tributários para assegurar o direito ao processamento da adesão. Em 29 de dezembro de 2020, a Companhia promoveu a adesão de sociedades do Grupo Lupatech a modalidade Transação Excepcional Lei 13.988/2020 (Portaria PGFN nº 14.402/2020). A Companhia, através dessa ação, reorganizou o montante de R$29.377 de seu passivo relacionado a obrigações Previdenciárias e Fazendárias. A referida transação gerou um benefício direto ao Grupo Lupatech com descontos em juros, multas e encargos que totaliza R$8.196 além de representar mais um importante passo da Companhia em seu processo de reestruturação. A adesão exigiu pagamento de pedágio de R$98 em espécie, e para a liquidação do restante serão pagos em até 84 parcelas. No exercício de 2021, aproveitando-se dos favores introduzidos na modalidade Transação Excepcional Lei 13.988/2020 (Portaria PGFN nº 14.402/2020) e Lei 14.112/2020, a Companhia reorganizou o montante de R$35.050 de seu passivo relacionado a obrigações Previdenciárias e Fazendárias, gerando um benefício direto ao Grupo Lupatech com descontos em juros, multas e encargos no montante de R$19.477. A adesão exigiu pagamento de pedágio de R$93 em espécie com liquidação do restante em até 120 parcelas. Na modalidade RJ no âmbito da RFB, tal adesão concedeu o direto de liquidação de 30% da dívida consolidada com utilização de créditos oriundos de prejuízo fiscal e base negativa no montante de R$9.085. **21. Passivos a Valor Justo:** Nos termos do Plano de Recuperação Judicial do Grupo Lupatech, de acordo com aditivo homologado em 26 de novembro de 2020, foi contratada em caráter definitivo a troca de parte do passivo sujeito ao Plano por bônus de subscrição. Desta forma, com o fim exclusivo de cumprir com as normativas contábeis, a Companhia aplicou as disposições do ICPC 16. Assim, foi apurada a diferença entre o valor do passivo trocado por bônus (R$35.121 em 31 de dezembro de 2021 e R$34.464 em 31 de dezembro de 2020) e o valor justo estimado (R$737 em 31 de dezembro de 2021 e R$731 em 31 de dezembro de 2020) nos instrumentos patrimoniais emitidos, a qual foi contabilizada em resultado financeiro. **22. Patrimônio Líquido: a. Capital social:** O capital social atual integralizado é composto apenas por ações ordinárias, com 100% de direito de *Tag Along*:

	Controladora e Consolidado	
	Quantidade de Ações	**Capital Social**
	Mil	**R$**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**26.263**	**1.893.163**
Conversão mandatória de debêntures em ações	422	1.240
Emissão de novas ações	2.432	2.945
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**29.117**	**1.897.348**

De acordo com o Plano de Recuperação Judicial homologado em 16 de fevereiro de 2017, o Grupo utilizou como uma de suas estratégias para saldar os compromissos com os Credores da Classe I a Conversão dos créditos em debêntures da Lupatech S.A.. Em decorrência da conversão de debêntures em ações da Companhia, o capital social aumentou em R$30.610 no período contemplado entre 28 de fevereiro de 2018 até 26 de fevereiro de 2021. Em 30 de abril de 2021, conforme ata de reunião divulgada, o Conselho de Administração homologou o aumento de Capital Social da Companhia por meio de exercício realizado das opções outorgadas. O aumento realizado foi de R$2.383. No exercício de 2021 conforme atas de reuniões divulgadas, o Conselho de Administração homologou aumento de Capital Social da Companhia por meio do exercício de bônus de subscrição para a aquisição de 639.002 ações ordinárias. O aumento realizado foi de R$562. **b. Dividendos:** Aos acionistas é prevista, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária e do estatuto social. **c. Ajustes de avaliação patrimonial:** A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior e sobre os ágios originados em aquisições de investimentos no exterior, cuja moeda funcional segue aquela a que a operação no exterior está sujeita. O efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de ajuste a avaliação patrimonial é de R$204.376 (R$162.651 em 31 de dezembro de 2020). **d. Reserva de capital a realizar:** Em 29 de outubro de 2018 a Lupatech S.A. - Em Recuperação Judicial comunicou aos seus acionistas e ao público em geral que seu Conselho de Administração aprovou a 1ª Emissão de Bônus de Subscrição em série única e onerosa no montante de R$340.453. A emissão ocorreu no âmbito do Plano de Recuperação Judicial da Companhia e demais sociedades de seu grupo, para promover o pagamento dos credores das Classes II, III e IV da Recuperação Judicial cujos créditos vierem a integralizar os Bônus de Subscrição. Foram emitidos, o total, de 3.404.528 de bônus de subscrição, à proporção de 1 bônus para cada R$100,00 (cem reais) em dívida. Os bônus foram subscritos e integralizados no dia 11 de dezembro de 2018 ("Prazo para Subscrição"). Os Bônus de Subscrição poderão ser exercidos, durante sua vigência, pelo preço fixo de R$0,88 por Ação. Seguindo o Plano de Recuperação Judicial, do total emitido, R$326.746 foram destinados aos credores sendo que parte remanesce em poder da Companhia até que operacionalmente seja possível a entrega aos credores, sendo registrado uma reserva de capital a realizar de R$2.875. O saldo remanescente de R$13.707 refere-se a reserva subscrita para contingências ilíquidas sujeitas à Recuperação. Devido ao aditivo do Plano de Recuperação Judicial homologado judicialmente em 26 de novembro de 2020 os credores de moeda estrangeira tiveram uma alteração no percentual de pagamento em bônus de subscrição passando de 50% para 70%. Desta forma, com o fim exclusivo de cumprir com as normativas contábeis, a Companhia aplicou as disposições do ICPC 16. Assim, os valores de passivo trocado por bônus de subscrição no valor de R$35.121 e o ajuste a valor justo estimado de R$34.384 foram registrados como reserva de capital a realizar no montante líquido de R$736.407. Conforme Nota Explicativa nº 22.a, no exercício de 2021 para a aquisição de 639.002 ações ordinárias da Companhia foram exercidos 639.002 Bônus de Subscrição. **23. Instrumentos financeiros: 23.1 Gestão de Riscos Financeiros:** ***Fatores de risco financeiro:*** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo, através do uso de instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições. A gestão de risco é realizada pela tesouraria central, segundo os princípios estabelecidos, exceto para as controladas em conjunto, as quais são compartilhadas com os demais acionistas controladores. A tesouraria do Grupo identifica e avalia a posição da Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, uso de instrumentos financeiros derivativos e não-derivativos. *(i) Risco cambial:* A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente com relação ao dólar norte-americano. O risco cambial decorre de operações comerciais e financeiras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior. A Administração estabeleceu princípios de gestão de risco cambial que exigem que a Companhia administre seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. Para administrar seu risco cambial decorrente de operações comerciais a Companhia busca equilibrar a sua balança comercial entre compras e vendas em moedas diferentes da moeda funcional. As restrições creditícias e de disponibilidades enfrentadas pela Companhia, limitam significativamente as possibilidades de contratação de derivativos cambiais, comumente utilizados na gestão do risco cambial. A Companhia tem certos investimentos em operações no exterior, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco cambial. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuíam ativos e passivos denominados em dólares norte-americanos conforme tabelas abaixo:

	Valores em US$ mil			
	Controladora		Consolidado	
Itens	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Caixa e equivalentes de caixa	69	69	69	69
Outros ativos	–	–	12.372	14.363
Partes relacionadas - Ativo	2.864	5.448	–	–
Empréstimos	(218)	(234)	(15.542)	(15.464)
Partes relacionadas - Passivo	(29.455)	(29.969)	–	–
Outros passivos	–	–	(38)	(168)
Exposição líquida em dólar norte-americano	(26.740)	(24.686)	(3.139)	(1.200)

Em 31 de dezembro de 2021, a cotação do dólar norte-americano em relação ao real era US$1,00 = R$5,5805 (US$1,00 = R$5,1967 em 31 de dezembro de 2020). Se a moeda real se desvalorizar 10% em relação ao dólar norte-americano oficial de encerramento do exercício, sendo mantidas todas as demais variáveis, o impacto no resultado é uma perda de aproximadamente R$9.874 na controladora e R$127 no consolidado. **Análise de sensibilidade das variações na moeda estrangeira, das variações na taxa de juros e dos riscos envolvendo operações com derivativos:** Conforme citado acima, a Companhia está exposta a riscos de flutuação de taxa de juros e a moedas estrangeiras (diferentes da sua moeda funcional, o "Real"), principalmente ao dólar norte-americano em seus empréstimos e financiamentos. A análise leva em consideração 3 cenários de flutuação nestas variáveis. Na definição dos cenários utilizados a Administração acredita que as seguintes premissas possam ser realizadas, com suas respectivas probabilidades, contudo cabe salientar que estas premissas são exercícios de julgamento efetuado pela Administração e que podem gerar variações significativas em relação aos resultados reais apurados em função das condições de mercado, que não podem ser estimadas com segurança nesta data para o perfil completo das estimativas. Conforme determinado pela CVM, por meio da Instrução 475 a Administração da Companhia apresenta a análise de sensibilidade, considerando: **Cenário de taxa de juros e paridade do dólar norte-americano (US$) em relação ao real (R$) provável estimada pela Administração:** Taxa de juros para o ano de 2022: 11,8% - US$: 5,80. **Cenário de taxa de juros e paridade do dólar norte-americano (US$) em relação ao real (R$) possível, com deterioração de 25% (vinte e cinco por cento) na variável de risco considerada como provável:** Taxa de juros para o ano de 2022: Aumento para 14,7% - US$: 7,25. **Cenário de taxa de juros e paridade do dólar norte-americano (US$) em relação ao real (R$) remota, com deterioração de 50% (cinquenta por cento), na variável de risco considerada como provável:** Taxa de juros para o ano de 2022: Aumento para 17,6% - US$: 8,70. O impacto apresentado na tabela abaixo refere-se ao período de 1 ano de projeção:

		Cenário conforme definição acima					
		Controladora			Consolidado		
Operação	**Risco**	**Provável**	**Possível**	**Remota**	**Provável**	**Possível**	**Remota**
Empréstimos e financiamentos	Alta do dólar	(51)	390	729	(1.524)	11.589	21.654
Empréstimos e financiamentos	Alta de taxa de juros	(270)	45	54	62	77	93
Contratos mútuos e financiamentos	Alta do dólar	(6.489)	49.357	92.225	–	–	–
Total (ganho) perda		(6.810)	49.792	93.008	(1.462)	11.666	21.747

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros: O risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos captados às taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos do Grupo às taxas variáveis são principalmente mantidos em "Reais". Para minimizar possíveis impactos advindos dessas oscilações, a Companhia adota as práticas de diversificação, alternando a contratação de suas dívidas, visando adequá-las ao mercado. O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e *hedge* alternativos. Com base nestes cenários o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representem as principais posições com juros. Com base nas simulações realizadas, considerando o perfil do endividamento do Grupo em 31 de dezembro de 2021, o impacto sobre o resultado, depois do cálculo do imposto de renda e da contribuição social, com uma variação em torno de 0,25 pontos percentuais nas taxas de juros variáveis, considerando que todas as demais variáveis fossem mantidas constantes, corresponderia um aumento aproximado de R$724 no ano da despesa com juros. As restrições creditícias e de disponibilidades enfrentadas pela Companhia, limitam significativamente as possibilidades de gestão do risco de taxa de juros. *(iii) Risco de crédito:* O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras são aceitos títulos de entidades classificadas pela Administração da Companhia como de primeira linha. Os limites de risco individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com limites estabelecidos pela Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente e registrada quando aplicável provisão para créditos de liquidação duvidosa. A seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. Nossas receitas apresentam montantes envolvendo o cliente Petrobrás, direta e indiretamente, o qual respondeu no exercício de 2021 cerca de 38% (24% no exercício de 2020) das receitas totais da Companhia e suas controladas. *(iv) Risco de liquidez:* A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios do Grupo, a tesouraria busca obter flexibilidade na captação mediante linhas de crédito compromissadas quando viável a sua contratação. A Administração monitora o nível de liquidez do Grupo, considerando o fluxo de caixa esperado, que compreende linhas de créditos não utilizadas, caixa e equivalentes de caixa. Geralmente, isso é realizado em nível corporativo do Grupo, de acordo com a prática e os limites estabelecidos pelo Grupo. Esses limites variam por localidade para levar em consideração a liquidez do mercado em que a Companhia atua. Além disso, os princípios de gestão de liquidez do Grupo envolvem a projeção de fluxos de caixa nas principais moedas e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida. **23.2 Estimativa do Valor Justo:** O valor justo dos ativos e passivos financeiros, que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos, é determinado com base nos preços observados nesses mercados. O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção dos instrumentos derivativos) é determinado de acordo com modelos de precificação que utilizam como base os fluxos de caixa estimados descontados, a partir dos preços de instrumentos semelhantes praticados nas transações realizadas em um mercado corrente observável. O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado utilizando preços cotados. Quando esses preços não estão disponíveis, é usada a análise do fluxo de caixa descontado por meio da curva de rendimento, aplicável de acordo com a duração dos instrumentos para os derivativos sem opções. Para os derivativos contendo opções são utilizados modelos de precificação de opções. Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação: ***a. Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - restrito:*** Os saldos em caixa e equivalentes de caixa e em títulos e valores mobiliários têm seus valores similares aos saldos contábeis, considerando o giro e liquidez que apresentam. O quadro abaixo apresenta esta comparação, em 31 de dezembro de 2021:

	Controladora		Consolidado	
Itens	**Saldo contábil**	**Valor de mercado**	**Saldo contábil**	**Valor de mercado**
Caixa e equivalentes de caixa	1.098	1.098	19.176	19.176
Títulos e valores mobiliários	44	44	44	44

b. Empréstimos e financiamentos: O valor estimado de mercado foi calculado com base no valor presente do desembolso futuro de caixa, usando taxas de juros que estão disponíveis à Companhia e a avaliação indica que os valores de mercado, em relação aos saldos contábeis, são conforme abaixo, em 31 de dezembro de 2021:

	Controladora		Consolidado	
Itens	**Saldo contábil**	**Valor de mercado**	**Saldo contábil**	**Valor de mercado**
Empréstimos e financiamentos Não RJ	6.449	6.176	11.369	11.174
Títulos descontados com co-obrigação Não RJ	6.313	6.410	6.501	6.410
Título de crédito	2.000	2.000	17.000	17.000
Empréstimos e financiamentos RJ	60.426	60.426	93.948	93.948
Total	75.188	75.012	128.818	128.532

23.3 Instrumentos Financeiros por Categoria: Síntese dos instrumentos financeiros por categoria:

	Controladora			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Custo Amortizado	**Valor Justo por Meio de Resultado**	**Custo Amortizado**	**Valor Justo por Meio de Resultado**
Ativos financeiros				
Títulos e valores mobiliários	44	44	44	44
Contas a receber de clientes	15.301	15.301	13.258	13.258
Caixa e equivalentes de caixa	1.098	1.098	161	161
Partes relacionadas	35.596	35.596	49.658	49.658
Total	52.038	52.038	63.121	63.121

	Controladora					
	31/12/2021			31/12/2020		
	Sujeitos a Recuperação Judicial	**Não sujeitos a Recuperação Judicial**		**Sujeitos a Recuperação Judicial**	**Não sujeitos a Recuperação Judicial**	
	Total lista de credores	**Passivos financeiros ao custo amortizado**	**Valor Justo por Meio de Resultado**	**Total lista de credores**	**Passivos financeiros ao custo amortizado**	**Valor Justo por Meio de Resultado**
Passivos financeiros						
Empréstimos	60.426	14.762	75.188	55.008	21.190	76.198
Fornecedores	60.648	3.671	64.319	54.577	3.445	58.022
Partes relacionadas	–	218.397	218.397	–	196.131	196.131
Total	121.074	236.830	357.904	109.585	220.766	330.351

	Consolidado		Consolidado	
	31/12/2021		31/12/2020	
	Custo Amortizado	**Valor Justo por Meio de Resultado**	**Custo Amortizado**	**Valor Justo por Meio de Resultado**
Ativos financeiros				
Títulos e valores mobiliários	44	44	44	44
Contas a receber de clientes	20.943	20.943	19.222	19.222
Caixa e equivalentes de caixa	19.176	19.176	21.015	21.015
Total	40.164	40.164	40.281	40.281

	Consolidado					
	31/12/2021			31/12/2020		
	Sujeitos a Recuperação Judicial	**Não sujeitos a Recuperação Judicial**		**Sujeitos a Recuperação Judicial**	**Não sujeitos a Recuperação Judicial**	
	Total lista de credores	**Passivos financeiros ao custo amortizado**	**Valor Justo por Meio de Resultado**	**Total lista de credores**	**Passivos financeiros ao custo amortizado**	**Valor Justo por Meio de Resultado**
Passivos financeiros						
Empréstimos	93.948	34.870	128.818	99.087	26.247	125.334
Fornecedores	60.648	6.047	66.695	54.577	7.085	61.662
Total	154.596	40.917	195.513	153.664	33.332	186.996

24. Cobertura de Seguros: É princípio da Companhia, manter cobertura de seguros para bens do ativo imobilizado e estoques sujeitos a riscos, na modalidade "Compreensivo Empresarial". Também possui cobertura de seguros de responsabilidade civil geral e seguro de vida, conforme demonstrado abaixo:

	Importância segurada
Finalidade de seguro	**31/12/2021**
- Seguro compreensivo empresarial	R$ 90.354
- Seguro de vida	R$ 49.401
- Seguro de responsabilidade civil geral	R$ 24.216
- Seguro de frota internacional *	US$ 400

(*) Valores em US$ mil

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros. **25. Plano de opção de compra de ações - "*Stock option*":** A Companhia possui Planos de Outorga de Opções de Compra de Ações cujos principais objetivos são os seguintes: • Estimular a retomada dos níveis históricos de atividade operacional da Companhia e o atendimento das metas empresariais estabelecidas, mediante a criação de incentivos para alinhamento dos interesses e objetivos dos profissionais chave da Companhia com seus acionistas, em especial o cumprimento das obrigações contidas no seu Plano de Recuperação Judicial; • Possibilitar à Companhia obter e manter os serviços de seus profissionais chave, oferecendo-lhes, como vantagem adicional, a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, possibilitando e incentivando a subscrição de ações com créditos detidos contra a Companhia oriundos de remuneração, fixa ou variável, com a consequente preservação do caixa; e • Promover o bom desempenho da Companhia e dos interesses dos acionistas mediante um comprometimento de longo prazo por parte de seus profissionais chave. São dois os Planos de Outorga em vigor: (i) Plano 2017, aprovado pela AGE de 12 de abril de 2017, que autorizou a outorga de opções equivalentes a até 10% do capital social da Companhia. (ii) Plano Incentivado 2020, aprovado pela AGE de 18 de agosto de 2020, que deliberou a outorga de até 2.550.000 ações ordinárias de emissão da Companhia. As outorgas realizadas até 31 de dezembro de 2021 constam na tabela a seguir:

Outorgas	Plano 2017			Plano 2020		
	Quantidade	**Preço de Exercício**	**Prazo Máximo de Exercício**	**Quantidade**	**Preço de Exercício**	**Prazo Máximo de Exercício**
Membros da Administração	2.199.720	1,18	26/04/2024	1.143.000	1,78	02/09/2025
	1.129.630	1,35	24/06/2027	300.000	4,83	07/12/2026
Outros				476.250	3,74	30/11/2025
Beneficiários				3.750	4,44	30/11/2026

Em 30 de Abril de 2021 e 19 de Agosto de 2021, o Conselho de Administração deliberou por ajustes as outorgas de opções em razão e eventos societários subsequentes, bem como acolheu o exercício de opções por membros da administração. Conforme Reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de dezembro de 2021, foi aprovado a opção de outorga de 300.000 ações para o Sr. Vasco de Freitas Barcellos Neto, atual Diretor de Relações com Investidores da Companhia. Computados as alterações e exercícios, remanescem as seguintes opções outorgadas e não exercidas:

Opções Remanescentes	**Exercíveis**	**Ainda não Exercíveis (prazo)**	**Condicionadas**
Rafael Gorenstein			
Plano 2017 - 1ª outorga	709.656	–	241.805
Plano 2017 - 2ª outorga	306.262	459.394	120.903
Plano 2020	860.000	–	–
Paulo Prado da Silva			
Plano 2017	431.026	–	72.541
Plano 2020	–	–	–
João Marcos C. Feiteiro			
Plano 2017	77.884	116.825	48.362
Plano 2020	283.000		
Vasco de Freitas Barcellos Neto			
Plano 2020	300.000	300.000	–
Outros Beneficiários			
Plano 2017	–	–	–
Plano 2020	–	480.000	–

No âmbito dos Planos 2017 e 2020, a obtenção do direito de exercício da Opção se dá em parcelas sucessivas e anuais de 20%, sendo a primeira parcela exercível a partir da data da assinatura do Contrato, totalizando, portanto, 4 anos para a aquisição do direito sobre o total da quantidade de Opções. Em todos os Planos há previsão da possibilidade de ajustes de termos e condições das opções em razão de determinados eventos societários subsequentes.

26. Demonstração da receita líquida	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Receita bruta de vendas e/ou serviços				
No Brasil	98.194	62.665	107.327	65.253
No exterior	4.696	555	5.297	836
	102.890	63.220	112.624	66.089
Deduções da receita bruta				
Impostos incidentes sobre vendas	(17.299)	(10.900)	(19.071)	(11.503)
Receita líquida de vendas e/ou serviços	85.591	52.320	93.553	54.586

27. Lucro (Prejuízo) por ação: a. Básico: O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período.

	Controladora e Consolidado	
Itens	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(41.340)	20.578
(–) Participação não controladores	–	–
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia	**(41.340)**	**20.578**
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	**29.013**	**22.981**
Lucro (Prejuízo) básico por ação - R$	**(1,42)**	**0,90**

b. Diluído: O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos. Para as opções de compra de ações é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas, com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. As opções a título de pagamentos baseados em ações são diluíveis quando resultarem na emissão de ações por valor inferior ao preço da ação em exercício à Companhia no futuro, de acordo com a opção de compra da ação. No exercício de 2021 não se aplicou a diluição nas quantidades de ações devido ao lucro por ação ter sido inferior ao preço da ação de exercício de opção de compra. **28. Resultado financeiro:**

	Controladora		Consolidado	
Itens	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Receitas Financeiras				
Rendas de aplicações financeiras	6	17	309	252
Rendimentos de contratos de mútuo	42	36	–	–
Ajuste a valor presente	–	18.752	16.928	14.348
Ajuste a valor justo	651	40.135	651	40.135
Variação monetária	1.260	–	5.012	661
Procedimento Arbitral - CSL	20.227	–	20.227	–
Outras receitas financeiras	67	2.785	1.359	4.045
Total receitas financeiras	22.253	61.725	44.486	59.441
Despesas Financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(4.020)	(1.871)	(4.107)	(1.882)
Juros sobre *Bonds*	–	–	(1.694)	(509)
Juros sobre debêntures	(203)	(633)	(203)	(633)
Ajuste a valor presente	(6.174)	–	(6.174)	–
Juros de contratos de mútuo	(768)	(766)	–	–
Juros sobre fornecedores	(3.169)	(20)	(3.079)	(37)
Multas e juros sobre impostos	(3.094)	(237)	(5.600)	(503)
Despesas bancárias, IOF e outras despesas	(1.033)	(5.532)	(2.453)	(6.425)
Total das despesas financeiras	(18.461)	(9.059)	(23.310)	(9.989)
Variação cambial ativa	34.095	83.800	58.126	112.360
Variação cambial passiva	(46.976)	(112.211)	(72.227)	(143.617)
Variação cambial líquida	(12.881)	(28.411)	(14.101)	(31.256)

29. Outras receitas e (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
Itens	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Outras receitas operacionais				
Reversão de estimativa com processos judiciais	8.592	5.313	17.760	26.036
Procedimento Arbitral - CSL	5.000	–	5.000	–
Ganho na alienação de ativo imobilizado	23.490	70.144	27.329	93.944
Reversão de estimativa de perdas pela não recuperabilidade de ativos	–	–	7.001	9.679
Outros	3.764	133	3.186	2.134
Total de outras receitas operacionais	40.846	75.590	60.276	131.793
Outras despesas operacionais				
Estimativas para perdas com processos judiciais	(4.020)	(7.499)	(13.697)	(12.552)
Perda na alienação de ativo imobilizado	(3.622)	(27.945)	(17.173)	(43.789)
Estimativa de perdas pela não recuperabilidade de ativos	–	–	(22.684)	(10.670)
Despesa de ociosidade de produção	(13.325)	(10.932)	(13.681)	(12.858)
Despesas com perdas eventuais	–	(7.966)	–	(7.966)
Perdas de capital sobre investimento	(17.197)	–	(17.197)	–
Outros	(8.730)	(1.476)	(15.128)	(12.829)
Total de outras despesas operacionais	(46.894)	(55.818)	(99.560)	(100.664)
Outras despesas operacionais líquidas	**(6.048)**	**19.772**	**(39.284)**	**31.129**

30. (Despesas) por natureza:	Controladora		Consolidado	
Itens	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Custo dos produtos vendidos	(60.083)	(38.224)	(68.310)	(42.136)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(37.982)	(19.476)	(39.006)	(20.249)
Mão de obra e serviços de terceiros	(19.191)	(14.635)	(25.270)	(16.807)
Depreciação e amortização	(3.434)	(4.575)	(3.962)	(5.195)
Outros	524	462	(72)	115
Despesas com vendas	(8.812)	(6.546)	(9.217)	(6.805)
Mão de obra e serviços de terceiros	(6.101)	(4.975)	(3.832)	(3.653)
Depreciação e amortização	(25)	(54)	(25)	(54)
Demais despesas comerciais	(2.686)	(1.517)	(5.360)	(3.098)
Despesas gerais e administrativas	(13.035)	(12.990)	(21.946)	(22.616)
Mão de obra e serviços de terceiros	(9.557)	(9.886)	(16.738)	(18.671)
Depreciação e amortização	(961)	(1.102)	(1.445)	(1.154)
Demais despesas administrativas	(2.517)	(2.002)	(3.763)	(2.791)
Remuneração dos administradores	37	(3.196)	(3.842)	(6.346)

31. Informações por segmento de negócio e região geográfica: A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais do Grupo, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelo Conselho de Administração e considera que o mercado de atuação está segmentado na linha de **Produtos**, mesma composição apresentada na nota explicativa n° 1. A Companhia operava no negócio de serviços petroleiros **(segmento Serviços)**, do qual remanescem ativos diversos em processo de desmobilização, bem como legado a ele associado. Geograficamente, a Administração considera o desempenho dos mercados brasileiros e América do Sul em geral. A distribuição por região é considerada a localização das empresas do Grupo e não a localização do cliente. A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, principalmente de: **a. Produtos:** produzindo principalmente válvulas industriais; válvulas para óleo e gás; cabos para ancoragem de plataformas de petróleo; equipamentos para completação de poços; artefatos de fibra de vidro, incluindo, entre outros, tubos para revestimento de tubulações petroleiras, geralmente comercializados juntamente com serviços associados de inspeção e reparo. **b. Serviços:** A Companhia prossegue com a desmobilização das atividades através das vendas de equipamentos, bem como legado a ele associado. As receitas que compõe este segmento são decorrentes da liquidação de saldos de estoques, não referindo-se as operações regulares. As vendas entre os segmentos foram realizadas como vendas entre partes independentes. A receita de partes externas informadas à Diretoria-Executiva foi mensurada de maneira condizente com aquela ap

continuação

LUPATECH S.A.

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Nova Odessa, 25 de março de 2022.

Rafael Gorenstein - Diretor Presidente

Paulo Prado da Silva - Diretor sem designação específica

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores **Lupatech S.A. – Em Recuperação Judicial.** Nova Odessa - SP. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Lupatech S.A. – Em Recuperação Judicial ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelo efeito e assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Lupatech S.A. - Em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião com ressalva:** Conforme mencionado na nota explicativa n° 32, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía registrado como ativos mantidos para venda os montantes de R$ 3.236 mil e R$ 45.962 mil, respectivamente, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Na data de emissão desse relatório a Companhia estava finalizando a confecção dos laudos de avaliação desses bens, não sendo possível concluir nossas análises sobre as informações contidas nesses documentos. Como consequência, não conseguimos mensurar possíveis efeitos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 decorrentes dessas análises. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Ênfases:** *Recuperação judicial.* Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.2 às demonstrações financeiras, em 8 de novembro de 2016, a Lupatech S.A. e suas controladas diretas e indiretas, tiveram seu novo plano de recuperação judicial aprovado pela Assembléia Geral de Credores do Grupo Lupatech, tendo sido homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, sem quaisquer ressalvas, em 1 de dezembro de 2016. A Companhia apresentou embargos de declaração uma vez que o despacho da homologação não mencionou uma das empresas do Grupo em recuperação judicial. No dia 15 de fevereiro de 2017 o juízo corrigiu seu despacho de homologação incluindo a empresa não mencionada. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve apresentação de nenhum agravo contra o plano homologado. Não obstante, em 15 de abril de 2020, o juízo da 1ª vara falências e recuperações judiciais de São Paulo concedeu à Companhia a possibilidade de ofertar aos credores um aditivo ao plano de recuperação judicial homologado. Em 28 de agosto de 2020 ocorreu a assembleia para apreciação e aprovação do aditivo pelos credores. Após a aprovação a proposta de aditamento do Plano de Recuperação Judicial foi submetida à homologação judicial e, subsequentemente homologada judicialmente em 26 de novembro de 2020. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. *Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:* Essas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Lupatech S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a empresas em regime normal de operações e, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas têm gerado prejuízos recorrentes e durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 incorreram em prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social de R$45.087 mil na controladora e R$41.970 mil no consolidado e não têm gerado caixa operacional em montante suficiente para a liquidação de suas obrigações. Essas condições, juntamente com o fato da Companhia e suas controladas terem ingressado no processo de recuperação judicial, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. A reversão desta situação de prejuízos recorrentes e dificuldade na geração de caixa, bem como a capacidade de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal do negócio da Companhia, dependem do sucesso dos planos de monetização de créditos e outros ativos, das ações para concretização das projeções realizadas, que incluem retomada de atividades e processos de licitações, assim como o cumprimento do plano de recuperação judicial, descritos na nota explicativa nº 1.2 às demonstrações financeiras. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto. *Incerteza relevante na adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT:* Conforme nota explicativa nº 20, durante o exercício de 2018 a Companhia promoveu a adesão de diversas sociedades controladas e investidas do Grupo Lupatech ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, instituído pela Medida Provisória nº 783/2017 e pela Lei nº. 13.496/2017. A Companhia, por meio dessa ação, reorganizou o montante de R$123.000 mil de seu passivo relacionado a contingências e obrigações fiscais, o qual veio acompanhado de descontos em juros, multas e encargos num total de R$48.000 mil. Devido a questões operacionais nos processos de adesão e processamento das informações pela Receita Federal do Brasil, até a data de emissão desse relatório, parte significativa (73%) dos passivos aderidos não foram consolidados pela Receita Federal do Brasil. A Companhia, assessorada por seus consultores jurídicos, tomou tempestivamente as medidas administrativas e legais preventivas indicadas para assegurar o direito ao processamento da adesão, considerada como provável pelos consultores jurídicos. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto. *Reapresentação das demonstrações financeiras anteriormente divulgadas:* Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1.1, em 2021 foi identificado ajuste de competência do exercício anterior. Dessa forma, os valores correspondentes relativos às demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício anterior, apresentados para fins de comparação foram ajustados e estão sendo reapresentados de acordo com os requisitos da NBC TG 23 - *Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros.* Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidados como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. *Avaliação de perda ao valor recuperável ("impairment") de imobilizado e ágio (goodwill) - Controladora e Consolidado:* Conforme descrito na nota explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas têm enfrentado dificuldades na geração de lucros e de fluxos de caixa suficientes em suas operações e estão em processo de recuperação judicial. Com a identificação desses indicadores a Companhia avaliou a existência de redução ao valor recuperável em relação às suas unidades geradoras de caixa ("UGCs") onde estão alocados o imobilizado e o ágio conforme as notas explicativas nº 11 e nº 12. Para o cálculo do valor recuperável, utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras. A determinação das estimativas de rentabilidade futura das unidades geradoras de caixa para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos requer o uso de premissas e julgamentos significativos pela Companhia que estão sujeitos a um alto grau de incerteza sobre a realização de premissas futuras de negócios, sobre os indicadores de mercado utilizados na determinação de taxas de desconto, bem como incerteza significativa sobre a capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, o que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora. Por essa razão, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria. Como esse assunto foi conduzido na auditoria: Avaliamos a integridade matemática e das premissas relevantes utilizadas na preparação da projeção dos fluxos de caixa descontados para cada UGC, incluindo também a comparação das previsões com o desempenho passado, a avaliação da existência de um mercado ativo para as UGCs avaliadas e de outras evidências sobre a determinação do valor justo utilizado na determinação do valor recuperável, tais como laudos a valor de mercado preparados por especialistas, quando aplicável, e a avaliação e consistência dessas premissas com os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração. Efetuamos ainda a análise de sensibilidade para as principais premissas utilizadas na projeção elaborada pela Companhia e suas controladas. Avaliamos ainda a adequação das divulgações relacionadas ao assunto. *Provisões e passivos contingentes - tributárias, trabalhistas e cíveis - Controladora e Consolidado:* Conforme descrito na nota explicativa nº 19, a Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo matérias tributárias, trabalhistas e cíveis. A Companhia é requerida a exercer julgamento significativo para determinar o montante apropriado de provisões para refletir prováveis exigências de recursos financeiros para liquidar essas obrigações e também é requerido julgamento significativo para determinar os riscos associados a posições fiscais tomadas e divulgações necessárias das causas avaliadas como perda possível. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia para exercer esse julgamento significativo, ou mudanças nas condições externas à Companhia, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias, trabalhistas e cíveis, podem refletir em um impacto significativo no nível de provisões constituídas para essa finalidade, bem como nas divulgações requeridas. Devido ao grau de incerteza, à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às Provisões e Passivos Contingentes que podem impactar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. Como esse assunto foi conduzido na auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para a mensuração de perdas, incluindo a avaliação do julgamento significativo sobre a determinação das probabilidades e dos montantes a serem registrados como provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e/ou divulgados, e se o julgamento foi aplicado de forma adequada e consistente durante todos os períodos apresentados. Para determinarmos a adequada utilização de premissas no julgamento realizado pela Companhia, analisamos os posicionamentos e opiniões dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia que fundamentaram os seus entendimentos e julgamentos. Para as estimativas de perdas trabalhistas e cíveis, recalculamos os critérios de constituição de provisão com base na política determinada pela Companhia e comparamos com dados e informações. Com o auxílio de nossos especialistas em impostos, obtivemos o adequado entendimento da exposição a riscos tributários relacionados aos requerimentos legais impostos ao negócio e opiniões legais obtidas pela Companhia. Avaliamos também se as divulgações efetuadas estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativas aos principais assuntos tributários, trabalhistas e cíveis que a Companhia e suas controladas estão envolvidas. *Continuidade operacional:* Chamamos atenção ao assunto descrito na seção "Ênfases" no item *Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional*, que é considerado um principal assunto de auditoria mas reportado em seção específica como requerido pela norma de auditoria "NBC TA 570 Continuidade Operacional" (equivalente à norma internacional ISA 570). **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accouting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2022

Crowe

Crowe Macro Auditores Independentes
CRC-2SP033508/O-1

Diego Del Mastro Monteiro
Contador - CRC-1SP302957/O-3

Sérgio Ricardo de Oliveira
Contador - CRC-1SP186070/O-8

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 29/03/2022

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2022/03/29/LUPATECH1561278729032022.pdf

Hash:168174384271134ebbd825473490ae7f72a5554f76